



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas

2012 foi mais um ano positivo para a Ambev. Nossa estratégia comercial no Brasil continua dando resultados: nossa plataforma de inovações, nossa contínua expansão nas regiões Norte e Nordeste do país, nossos produtos *premium* e em garrafas retornáveis provaram ser o foco correto. As operações internacionais também entregaram um bom desempenho. A receita de LAS (América Latina Sul) e do Canadá foi suportada não apenas pelo crescimento da receita, mas também por bons indicadores de preferência de marca e de participação de mercado principalmente de *Quilmes Cristal* e *Stella Artois* na Argentina, e *Bud Light* e *Michelob Ultra* no Canadá. Igualmente importante, a integração da nossa recente aquisição na HILA-ex da *Cerveceria Nacional Dominicana* gerou melhorias significativas nos resultados da região ao longo do ano.

No Brasil, sofremos com o aumento de impostos pelo segundo ano consecutivo e com crescimento econômico abaixo dos últimos anos. Diante desse quadro, nossas estratégias comerciais foram decisivas para impulsionar o crescimento de volume: iniciativas como a expansão da *Antarctica Sub-Zero* e o lançamento da nova lata de 550ml para *Skol* e *Brahma*, os volumes no Norte e no Nordeste continuaram a crescer acima da média do país, nossas marcas *premium*, lideradas por *Budweiser*, *Stella Artois* e *Original* seguiram com um ritmo de crescimento muito acima da indústria, e nossas garrafas retornáveis de 300ml para cerveja e 1L para o Guaraná Antarctica aumentaram cada vez mais sua presença pelo país.

Em 2012 investimos R\$ 3.014,0 milhões, dos quais R\$ 2.141,4 milhões no Brasil, para manutenção e ampliação da nossa capacidade produtiva e logística e compra de ativos comerciais necessários para o crescimento do nosso negócio.

Além desses investimentos para viabilizar o crescimento orgânico do nosso negócio, realizamos também uma aliança estratégica com a *Cerveceria Nacional Dominicana* que resultou na criação da empresa de bebidas líder no Caribe. Essa transação marca uma nova etapa na expansão internacional da Companhia pela América Latina bem como das nossas perspectivas de crescimento na HILA-ex.

Já a América Latina Sul também obteve bons resultados em 2012 mesmo diante do cenário desafiador de indústria na Argentina. Continuamos ativos no mercado com inovações como *Quilmes 1890*, *Quilmes Night* e a nova garrafa retornável de 1 litro, além do bom desempenho de nossas marcas *premium*, lideradas por *Stella Artois*.

Na América do Norte, tivemos um ano positivo em que conseguimos crescer o EBITDA da operação e manter nossa posição de liderança no mercado, principalmente devido ao desempenho de *Bud Light*, que crescendo em participação de mercado, e *Michelob Ultra*, lançada ano passado no Canadá.

Gostariamos, por fim, de agradecer à Gente Ambev, que mais uma vez fez a diferença. Nosso time foi comprometido como sempre com nossos objetivos e demonstrou foco em executar nossa estratégia até o final do ano.

Victório Carlos De Marchi Co-Presidente do Conselho de Administração	Carlos Alves de Brito Co-Presidente do Conselho de Administração	João Castro Neves Diretor Geral
--	--	---

Visão geral da Companhia

Com operações em 16 países nas três Américas, somos a cervejaria líder do mercado latino americano em volume. Nosso negócio consiste na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, e é agrupado em três divisões:

- América Latina Norte, que inclui:
 - Brasil, representado pela produção e comercialização de cerveja ("Cerveja Brasil") e refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas ("RefrigeNanc");
 - América Latina Hispânica excluindo América Latina Sul (denominada HILA-ex), composta pelas nossas operações em El Salvador, Equador, Guatemala, Nicarágua, Peru, República Dominicana Saint Vincent, Dominica e Antigua;
- América Latina Sul, composta por nossas operações de cerveja, refrigerantes e bebidas não alcólicas e não carbonatadas na Argentina, na Bolívia e no Uruguai, além da produção e comercialização de cerveja no Chile e no Paraguai; e,
- América do Norte, representada pela *Labatt Brewing Company Limited* ("Labatt") com a produção e comercialização de cerveja no Canadá e exportações para os Estados Unidos da América.

Nossas principais marcas incluem *Skol* (a quinta cerveja mais consumida no mundo), *Brahma*, *Antarctica*, *Bohemia*, *Original*, *Quilmes*, *Presidente*, *Paceña*, *Pilsen*, *Labatt Blue*, *Alexander Keith's*, *Kokanee* e *Guaraná Antarctica*. Além disso, a Ambev é a maior engarrafadora independente da PepsiCo no mundo. Produzimos, vendemos e distribuímos no Brasil e em outros países da América Latina produtos *Pepsi*, *H2OH!*, *Lipton Ice Tea* e o isotônico *Gatorade* sob licença da PepsiCo. E também comercializamos vários produtos da Anheuser-Busch Inbev S.A./N.V. tais como *Budweiser*, *Bud Light* e *Stella Artois*, entre outros. O risco de crédito da Ambev como emissor de dívida em moeda nacional e estrangeira detém a classificação de grau de investimento segundo a *Standard and Poor's*, a *Fitch* e a *Moody's Ratings*.

Sustentabilidade

Meio Ambiente

A preservação do meio ambiente é uma prioridade para a Ambev e faz parte da gestão da companhia. Somos referência em melhores práticas ambientais graças ao desempenho do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), adotado há quase 20 anos em nossas cervejarias para estabelecer e monitorar a evolução contínua da eficiência. Todas as unidades têm metas para reduzir a captação e a quantidade de água usada para produzir suas bebidas, diminuir o consumo de energia e a emissão de poluentes e aumentar o índice de reciclagem dos resíduos.

Nos últimos 10 anos, o índice de consumo de água em nossas unidades caiu mais de 33%. Entre 2010 e 2011, por exemplo, o volume de água economizado nas unidades seria suficiente para abastecer por um mês cerca de 580 mil pessoas, mais do que a população de Florianópolis.

Ambev também tem diversificado sua matriz energética, dando prioridade ao uso de biomassa e biogás. Isso colaborou para a redução de 14,7% entre 2009 e 2012 da emissão de CO2. Atualmente, a biomassa representa aproximadamente 29,5% da matriz da companhia. Em oito cervejarias onde a biomassa é utilizada, ela representa quase 100% do combustível consumido. Outra ação de destaque é o uso de biogás. A companhia capta o biogás resultante das suas estações de tratamento de efluentes e o reaproveita para gerar energia calorífica para a própria empresa. Assim, ele não é lançado na atmosfera e também há economia no uso de combustíveis fósseis. Hoje, cinco cervejarias reaproveitam o biogás proveniente das estações de tratamento de efluentes como combustível em seu processo produtivo.

Outra frente na área é o programa de compartilhamento de frota com outras empresas. A iniciativa já permitiu à Ambev economizar mais de 4 milhões de diesel e deixar de lançar na atmosfera 446,3 toneladas de CO2 ao longo de dois anos. Isso porque os caminhões que voltariam vazios depois de abastecer os centros de distribuição da Ambev passaram a mercadoria das demais empresas.

Por representar 95% da cerveja, a água está no centro das ações de sustentabilidade ambiental da companhia. Lançado no Dia Mundial da Água (22-Março) de 2010, o Movimento CYAN - *Quem vê água enxerga seu valor* - é um amplo conjunto de iniciativas para mobilizar e conscientizar a sociedade para o uso racional da água. Uma das ações do Movimento é o Banco CYAN, um sistema em que as pessoas têm acesso à média de consumo de água de seu imóvel e, à medida que elas diminuem o consumo, ganham pontos que podem ser usados como desconto em sites de compras na internet. No momento, o Banco CYAN está disponível para os moradores atendidos pela Sabesp (SP), pela CODAU (MG) e em 2012 firmamos parceria com a CEDAE (RJ). Ao todo, mais de 30 milhões de pessoas podem fazer parte da iniciativa. Desde o seu lançamento, o Banco CYAN fez com que seus cronistas economizassem mais de 190 milhões de litros de água.

Em 2012, o Movimento CYAN marcou presença na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A Ambev foi convidada pela ONU a apresentar suas ações em prol do meio ambiente no Fórum de Sustentabilidade Empresarial, evento que ocorreu durante a Rio+20. A Companhia também liderou iniciativas para envolver a população no tema de destino dos recursos naturais, com destaque para o Aqualum, um festival cultural em prol do uso consciente da água. Com uma tecnologia inovadora, uma tela d'água de 600m², criada a partir de uma bomba submersa, foi instalada na lagoa Rodrigo de Freitas para exibição de curtas-metragens, animações, cliques musicais, fotografias, além de conteúdos relacionados à sustentabilidade ambiental.

Consumo Responsável

No início dos anos 2000, a Ambev foi a única companhia de bebidas a participar das discussões da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os efeitos do uso inadequado de bebidas alcoólicas. Em 2003, lançou o pioneiro Programa Ambev de Consumo Responsável, norteado pelas premissas da OMS e cujos pilares são estimular o cumprimento da lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores, promover a segurança viária e incentivar o consumo moderado. De lá pra cá, o tema está presente em diversas ações da Ambev. Entre as iniciativas mais recentes estão os programas Supermercado de Resposta, Jovens de Resposta e Bar de Resposta. Em 2012 conseguimos avançar nos três projetos.

O Programa Jovens de Resposta hoje conta com a parceria de 18 ONGs de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Rio Grande do Sul. A Ambev tem o objetivo de atuar nas comunidades onde essas organizações estão presentes para inibir o consumo de bebida alcoólica por menores de 18 anos. O intuito é também encontrar iniciativas de prevenção simples, eficazes e fáceis de serem replicadas, as chamadas tecnologias sociais. Desde sua criação, o Jovens de Resposta já conseguiu impactar mais de 4.300 jovens, reuniu mais de 16 mil pessoas em eventos do programa e impactou indiretamente mais de 900 mil pessoas com ações de comunicação.

Sobre o Bar de Resposta, uma iniciativa voltada a donos de bares para conscientizá-los a não vender bebida alcoólica para menores ou a pessoas embriagadas, em 2012 a companhia firmou uma importante parceria com o governo de São Paulo, por meio do Centro Paula Souza, e criou uma disciplina de consumo responsável para cursos de formação de garçom, barman, recepção e atendimento em hotelaria, barista e porteiro. As aulas fazem parte do programa de qualificação profissional Via Rápida Emprego e têm o objetivo de orientar os novos profissionais a agir como multiplicadores das práticas de consumo responsável de bebidas alcoólicas. O conteúdo aborda a história e cultura da bebida alcoólica, a saúde e o bem-estar relacionados ao consumo moderado, a proibição do consumo de bebida alcoólica por menores de 18 anos, dicas de como falar sobre álcool com os jovens e os perigos do consumo excessivo.

O Supermercado de Resposta é um projeto criado em 2011 em parceria com o Grupo Pão de Açúcar (GPA) para garantir que a venda de bebidas alcoólicas em supermercado seja realizada somente a consumidores com idade superior a 18 anos. Graças ao sistema desenvolvido, quando uma bebida alcoólica passa pelo caixa, o código de barras é identificado e o operador do caixa solicita ao cliente a apresentação de documento que ateste sua maioria. Desde seu lançamento, que teve início nas lojas do GPA de São Paulo e do Paraná, o Supermercado de Resposta já foi levado a todo o país e está sendo gradualmente implementado em outras redes varejistas.

Recursos humanos

Chegamos ao final de 2012 com aproximadamente 51,3 mil funcionários: 37,8 mil no Brasil e em HILA-ex, 4,7 mil no Canadá e 8,8 mil nas unidades da América Latina Sul.

A Ambev investe permanentemente no desenvolvimento de nossa gente. Em 2012, a Universidade Ambev (UA) realizou treinamentos específicos (método, funcional e cultural/liderança) para 68.273 funcionários e distribuidores, totalizando mais de 51.711 horas de treinamento. No Brasil, os funcionários contam ainda com os investimentos da Fundação Zerrener em mais de 1.081 bolsas de estudo de graduação, pós-graduação e nível técnico.

A Fundação Zerrener também oferece o programa Vida Legal, que estimula hábitos saudáveis, ações preventivas de saúde e tratamento de doenças crônicas, prestando ainda outros benefícios a seus funcionários e dependentes, com destaque para os planos de assistência médica, hospitalar, odontológica e educacional.

Destaque operacionais e financeiros¹

O EBITDA ajustado consolidado cresceu 13,6% em 2012, se comparado a 2011, atingindo R\$ 15.679,0 milhões, impulsionado pelo crescimento orgânico de 2,0% no volume consolidado. O crescimento de 10,0% da receita por hectolitro, combinado com o aumento dos custos por hectolitro de 7,9% e com o aumento de 13,0% nas despesas gerais, com vendas e administrativas totais resultaram em uma melhora da margem EBITDA de 50 pontos base no ano.

No Brasil, nosso volume de cervejas aumentou 2,5% no ano devido à expansão na indústria parcialmente compensada por perdas de participação de mercado contra o ano anterior. Nossa participação de mercado média no ano de 2012 foi de 68,5%. O volume de inovações cresceu principalmente com *Antarctica Sub-Zero* e a garrafa retornável de 300ml, mas também com a aceleração do crescimento de *premium* impulsionado por *Budweiser*. Nosso volume de RefrigeNanc cresceu 4,9% devido à expansão na indústria combinada com ganhos de participação de mercado, cuja média do ano foi 18,1%. Nosso EBITDA ajustado no Brasil foi de R\$ 11.031,8 milhões, um aumento de 14,3%, com expansão de margem de 80 pontos base.

HILA-ex reportou EBITDA ajustado positivo de R\$ 204,9 milhões com crescimento orgânico de volume de 0,2% nas nossas operações. Com o incremento da CND nosso volume cresceu 36,4%.

Apesar da contração na indústria da Argentina e da redução de volume de 0,8%, a operação de América Latina Sul teve EBITDA ajustado de R\$ 2.752,8 milhões com crescimento orgânico de dois dígitos tanto em cerveja como em RefrigeNanc, além de pressões nos custos.

No Canadá, tivemos queda de 0,5% nos volumes e a receita por hectolitro crescendo 2,0% organicamente devido aos nossos aumentos de preços, contribuindo para um crescimento de 0,7% no EBITDA ajustado, que alcançou R\$ 1.689,5 milhões. O caixa gerado pelas operações foi de R\$ 15.774,2 milhões crescendo 14,4% em comparação ao ano anterior. Esse forte crescimento de geração de caixa foi resultado tanto do nosso desempenho operacional quanto de uma gestão ainda mais disciplinada do nosso capital empregado. Nosso lucro líquido ajustado foi R\$ 10.558,5 milhões com crescimento de 22,5%.

¹ As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais nominais, de acordo com os critérios do padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, arquivados na CVM e apresentados à SEC. Segregamos neste relatório o impacto do resultado orgânico das mudanças de escopo e diferenças de câmbio. As mudanças de escopo representam o impacto de aquisições e vendas de ativos, o início ou término de atividades ou a transferência de atividades entre segmentos, mudanças de estimativas contábeis ano contra ano e outras premissas que os administradores não consideram parte do desempenho de negócio. Exceto quando especificado o contrário, variações percentuais no documento são orgânicas e ajustadas por natureza. Sempre que utilizado neste relatório, o termo "ajustado" se refere às medidas de desempenho (EBITDA, EBIT, Lucro Líquido, LPA) antes de itens não recorrentes. Itens não recorrentes são receitas ou despesas que não ocorrem no curso normal das atividades da Companhia. Estas são apresentadas separadas dada a importância delas para o entendimento do desempenho da Companhia devido à sua natureza ou magnitude. Medidas ajustadas são medidas adicionais utilizadas pela administração, e não devem substituir as medidas calculadas em conformidade com as IFRS como indicadores do desempenho da Companhia. Comparações, exceto quando especificado o contrário, referem-se ao resultado do ano de 2011 (12M11). Os somatórios podem não conferir devido a arredondamentos.

Os quadros abaixo apresentam os destaques financeiros consolidados e por segmento de negócios referentes aos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012.

Destaques financeiros - consolidado				%	%
R\$ milhões		2011	2012	Reportado	Orgânico
Total volumes		165.043,9	169.839,4	2,9%	2,0%
Cerveja		118.729,8	122.478,6	3,2%	1,9%
RefrigeNanc		46.314,2	47.360,8	2,3%	2,0%
Receita líquida		27.126,7	32.231,0	18,8%	12,4%
Lucro bruto		18.333,4	21.939,5	19,7%	13,4%
Margem bruta		67,6%	68,1%	50 bps	60 bps
EBITDA		13.164,2	15.628,6	18,7%	13,3%
Margem EBITDA		48,5%	48,5%	bps	40 bps
EBITDA ajustado		13.141,1	15.679,0	19,3%	13,6%
Margem EBITDA ajustado		48,4%	48,6%	20 bps	50 bps
Lucro líquido - Ambev		8.641,0	10.508,1	21,6%	
Lucro líquido ajustado - Ambev		8.617,9	10.558,5	22,5%	
Nº de ações em circulação (milhões)		3.117,2	3.126,9		
LPA (R\$/ação)		2,77	3,36	21,2%	
LPA ajustado		2,76	3,38	22,1%	

Nota: O cálculo do lucro por ação é baseado nas ações em circulação (total de ações existentes, menos ações em tesouraria).

Brasil consolidado			Conversão		%	%	
R\$ milhões		2011	Moeda	Orgânico	2012	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)		113.960,5		3.526,2	117.486,6	3,1%	3,1%
Receita líquida		18.616,9		2.360,9	20.977,8	12,7%	12,7%
CPV		(5.680,2)		(559,6)	(6.239,8)	9,9%	9,9%
Lucro bruto		12.936,8		1.801,3	14.738,0	13,9%	13,9%
Margem bruta		69,5%			70,3%	80 bps	80 bps
SG&A total		(5.006,1)		(683,4)	(5.689,5)	13,7%	13,7%
Outras rec. operacionais		776,4		60,6	836,9	7,8%	7,8%
EBIT ajustado		8.707,1		1.178,4	9.885,5	13,5%	13,5%
Margem EBIT ajustado		46,8%			47,1%	30 bps	30 bps
EBITDA ajustado		9.650,9		1.380,9	11.031,8	14,3%	14,3%
Margem EBITDA ajustado		51,8%			52,6%	80 bps	80 bps

Brasil - cerveja			Conversão		%	%	
R\$ milhões		2011	Moeda	Orgânico	2012	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)		84.597,8		2.094,4	86.692,2	2,5%	2,5%
Receita líquida		15.667,5		1.930,8	17.598,3	12,3%	12,3%
CPV		(4.396,9)		(428,8)	(4.825,8)	9,8%	9,8%
Lucro bruto		11.270,6		1.501,9	12.772,5	13,3%	13,3%
Margem bruta		71,9%			72,6%	70 bps	70 bps
SG&A total		(4.393,9)		(585,2)	(4.979,1)	13,3%	13,3%
Outras rec. operacionais		607,5		43,9	651,4	7,2%	7,2%
EBIT ajustado		7.484,2		960,7	8.444,8	12,8%	12,8%
Margem EBIT ajustado		47,8%			48,0%	20 bps	20 bps
EBITDA ajustado		8.216,5		1.145,1	9.361,6	13,9%	13,9%
Margem EBITDA ajustado		52,4%			53,2%	80 bps	80 bps

Brasil - RefrigeNanc			Conversão		%	%	
R\$ milhões		2011	Moeda	Orgânico	2012	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)		29.362,7		1.431,7	30.794,4	4,9%	4,9%
Receita líquida		2.949,4		430,1	3.379,6	14,6%	14,6%
CPV		(1.283,2)		(130,8)	(1.414,0)	10,2%	10,2%
Lucro bruto		1.666,2		299,3	1.965,5	18,0%	18,0%
Margem bruta		56,5%			58,2%	170 bps	170 bps
SG&A total		(612,1)		(98,2)	(710,4)	16,0%	16,0%
Outras rec. operacionais		168,8		16,6	185,5	9,9%	9,9%
EBIT ajustado		1.222,9		217,8	1.440,7	17,8%	17,8%
Margem EBIT ajustado		41,5%			42,6%	110 bps	110 bps
EBITDA ajustado		1.434,4		235,8	1.670,2	16,4%	16,4%
Margem EBITDA ajustado		48,6%			49,4%	80 bps	80 bps

HILA-ex			Conversão		%	%	
R\$ milhões		2011	Moeda	Orgânico	2012	Reportado	Orgânico
Volume cerveja ('000 hl)		6.379,4	2.311,7	9,1	8.700,2	36,4%	0,2%
Receita líquida		515,5	685,7	97,3	1.335,5	159,1%	7,7%
CPV		(326,0)	(255,3)	(69,4)	(60,1)	(710,8)	118,0%
Lucro bruto		189,4	430,4	27,9	624,8	229,8%	-13,9%
Margem bruta		36,8%			46,8%	ns	-700 bps
SG&A total		(270,7)	(210,5)	(53,4)	(35,3)	(569,9)	ns
Outras desp./rec. operacionais		(3,2)	5,3	0,6	1,2	3,8	ns
EBIT ajustado		(84,4)	225,2	(24,9)	(57,1)	58,7	169,5%
Margem EBIT ajustado		-16,4%			4,4%	ns	ns
EBITDA ajustado		(24,5)	292,9	(13,2)	(50,4)	204,9	ns
Margem EBITDA ajustado		-4,7%			15,3%	ns	ns

LAS consolidado			Conversão		%	%	
R\$ milhões		2011	Moeda	Orgânico	2012	Reportado	Orgânico
Volume ('000 hl)		34.564,7		(272,9)	34.291,8	-0,8%	-0,8%
Receita líquida		4.488,9		505,4	5.886,9	31,1%	19,9%
CPV		(1.740,8)		(183,8)	(2.196,0)	26,2%	15,6%
Lucro bruto							



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2012 teve um crescimento de 10,2%, totalizando R\$ 10.291,5 milhões.

Brasil

O custo dos produtos vendidos na unidade de negócios Brasil foi de R\$ 6.239,8 milhões, crescendo 9,9%.

Cerveja

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja no Brasil cresceu 9,8%, chegando a R\$ 4.825,8 milhões, enquanto o custo dos produtos vendidos por hectolitro apresentou um aumento de 7,1%. Os principais fatores que contribuíram para este aumento foram (i) *commodities hedgeadas* por um preço maior do que no ano anterior, principalmente cevada, e (ii) custos de alumínio (maior preço e maior mix de latas no nosso volume), efeitos parcialmente compensados pelo (iii) custo de matéria-prima indexada ao dólar americano, *hedgeada* para reais por uma taxa menor do que no ano anterior.

RefrigeNanc

O custo dos produtos vendidos da operação de RefrigeNanc no Brasil aumentou 10,2% chegando a R\$ 1.414,0 milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro aumentou 5,1% totalizando R\$ 45,9, impactado por (i) maiores custos de embalagens e (ii) maior custo de açúcar, *hedgeado* por um preço maior do que no ano anterior, parcialmente compensados pelo (iii) custo de matéria prima indexada ao dólar americano, *hedgeada* para reais por uma taxa menor do que no ano anterior.

HILA-ex

O custo dos produtos vendidos nas nossas operações na HILA-ex aumentou 19,2% chegando a R\$ 710,8 milhões. O principal impacto que explica esse aumento é a inflação geral na região.

América Latina Sul

A América Latina Sul teve um aumento de 15,6% no custo dos produtos vendidos, totalizando R\$ 2.196,0 milhões em 2012, o que representa um crescimento do custo dos produtos vendidos por hectolitro de 16,5%. Os principais efeitos que explicam esse aumento são: (i) maiores preços de *commodities*, principalmente cevada, (ii) inflação geral e maiores custos de mão de obra, principalmente na Argentina.

América do Norte

O custo dos produtos vendidos da *Labatt* no ano ficou estável em comparação com o ano anterior totalizando R\$ 1.144,9 milhões.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$ 8.893,1 milhões, crescendo 12,4% no ano.

Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas no Brasil somaram R\$ 5.689,5 milhões, aumentando 13,7%.

Cerveja

As despesas com vendas, gerais e administrativas atingiram R\$ 4.979,1 milhões, apresentando um crescimento de 13,3%. Os principais elementos que geraram o crescimento das despesas operacionais foram (i) maiores custos logísticos (mais concentrados no primeiro semestre do ano), (ii) maiores despesas com bônus e (iii) maiores gastos de vendas e marketing para suportar nossa estratégia comercial.

RefrigeNanc

Despesas com vendas, gerais e administrativas para RefrigeNanc acumularam R\$ 710,4 milhões, um crescimento de 16,0% no período devido a (i) maiores custos logísticos (mais concentrados no primeiro semestre do ano) e (ii) maiores despesas com bônus.

HILA-ex

As despesas com vendas, gerais e administrativas das operações da Ambev na HILA-ex somaram R\$ 569,9 milhões, um aumento orgânico de 13,4%, devido à (i) inflação geral na região e a (ii) maiores despesas com bônus.

América Latina Sul

As despesas com vendas, gerais e administrativas na América Latina Sul acumularam R\$ 1.277,2 milhões, crescendo 19,8% devido a (i) maiores gastos com transporte e salários decorrente principalmente da inflação argentina e (ii) maiores despesas com marketing na região para suportar nossas marcas.

América do Norte

As despesas da *Labatt* com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 1.356,6 milhões, ficando praticamente estável em 0,7%.

Outras receitas/(despesas) operacionais

O saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais referente ao exercício de 2012 representou um ganho de R\$ 864,0 milhões, comparado ao ganho de R\$ 784,5 milhões registrado em 2011, principalmente devido a maiores subvenções governamentais.

Outras receitas / (despesas) operacionais R\$ milhões	2011	2012
Subvenção governamental/AVP de incentivos fiscais	580,7	698,5
(Adições)/reversões de provisões	36,0	(30,5)
(Perda)/ganho na alienação de imobilizado, intangível e ativo mantido para venda	24,6	36,4
Outras receitas (despesas) operacionais	143,2	159,6
	784,5	864,0

Itens não recorrentes

Os itens não recorrentes totalizaram uma despesa de R\$ 50,4 milhões em 2012 devido principalmente a (i) gastos com reestruturação e (ii) gastos com aquisição de subsidiárias. Este valor é comparado a uma receita de R\$ 23,1 milhões em 2011, resultado de (i) ganhos com venda de imobilizado parcialmente compensados por (ii) gastos com reestruturação.

Itens não recorrentes R\$ milhões	2011	2012
Reestruturação	(12,5)	(31,3)
Aquisição de subsidiárias	-	(15,8)
Proventos da venda de imobilizado	35,6	(3,3)
Itens não recorrentes	-	-
	23,1	(50,4)

Resultado financeiro

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 812,8 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 468,1 milhões em 2011. Este resultado é explicado principalmente por (i) uma despesa adicional sem efeito caixa relacionada à opção de venda associada ao nosso investimento na CND e (ii) uma menor receita com juros decorrente da menor taxa de juros comparada com o ano anterior. O resultado também foi impactado por perdas não realizadas de variação cambial sobre empréstimos entre empresas do grupo decorrentes da depreciação do real. Dada a natureza destas operações (empréstimos *intercompany*), o impacto de conversão de moeda, sem efeito caixa, é reportado no resultado. Este impacto é economicamente compensado por ganhos de conversão de moeda no patrimônio líquido no momento da consolidação dos balanços patrimoniais de nossas companhias localizadas fora do Brasil, cuja moeda funcional é diferente do Real.

Resultado financeiro líquido R\$ milhões	2011	2012
Receitas de juros	467,5	245,4
Despesas com juros	(556,5)	(370,6)
Ganhos/(perdas) com derivativos	(96,7)	(239,7)
Ganhos/(perdas) com instrumentos não derivativos	3,0	(117,9)
Impostos sobre transações financeiras	(45,1)	(109,5)
Despesas por liquidação antecipada de bonds	(82,6)	-
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	(157,6)	(220,5)
Resultado financeiro líquido	(468,1)	(812,8)

A dívida total da Companhia reduziu de R\$ 4.102,3 milhões em dezembro de 2011 para R\$ 3.143,7 milhões em dezembro de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	4	2.908,0	2.562,9	8.926,2	8.076,2
Aplicações financeiras	5	449,0	192,5	476,6	193,4
Contas a receber e demais contas a receber	6	2.383,5	2.074,5	4.268,3	3.879,6
Estoques	7	1.328,3	1.284,6	2.466,3	2.238,5
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		55,9	254,6	114,5	291,3
Ativos mantidos para venda		-	0,4	4,1	0,4
		7.124,7	6.369,5	16.256,0	14.679,4
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	57,4	55,9	249,4	242,1
Contas a receber e demais contas a receber	6	1.024,8	984,5	1.855,0	1.232,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	893,1	928,9	1.418,5	1.447,1
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6,5	11,5	12,3	16,3
Benefícios a funcionários	16	25,5	18,5	25,5	18,5
Investimentos	9	34.291,8	28.899,6	24,0	21,7
Imobilizado	10	5.408,5	4.640,3	11.412,3	9.265,2
Ativo intangível	11	205,1	237,4	2.935,4	1.763,0
Ágio	12	281,9	281,9	19.971,5	17.454,0
		42.194,6	36.058,4	37.903,9	31.459,9
Total do ativo		49.319,3	42.427,9	54.159,9	46.139,3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Detalhamento da Dívida	Dezembro 2011			Dezembro 2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local	2.089,2	1.632,4	3.721,6	667,4	1.756,4	2.423,8
Moeda Estrangeira	122,9	257,8	380,7	170,4	549,6	720,0
Dívida Consolidada	2.212,1	1.890,2	4.102,3	837,8	2.306,0	3.143,7
Caixa e Equivalentes a Caixa			8.076,2			8.926,2
Aplicações Financeiras Correntes			193,4			476,6
Conta garantida			(12,3)			(0,1)
Dívida/(Caixa) Líquido			(4.155,0)			(6.258,9)

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social em 2012 totalizaram R\$ 2.405,1 milhões, 4,6% abaixo dos R\$ 2.522,0 milhões em 2011. A alíquota efetiva foi de 18,4%, contra a alíquota do ano anterior de 22,4%. Os principais fatores que geraram esta redução na alíquota efetiva durante o ano foram os maiores benefícios fiscais (juros sobre capital próprio, amortização de ágio e outros benefícios de imposto de renda) que compensaram o maior lucro antes do imposto de renda decorrente do nosso forte desempenho de EBITDA em 2012.

Participações de empregados e administradores

No ano de 2012 a participação nos lucros de empregados e administradores foi de R\$ 288,0 milhões. Este valor faz parte da política de remuneração variável da Companhia, segundo a qual a maioria dos empregados tem uma parte significativa de sua remuneração sujeita ao cumprimento de metas de desempenho.

Participação dos não controladores

As despesas com participações dos não controladores em subsidiárias da Companhia acumularam R\$ 134,5 milhões, contra uma despesa de R\$ 78,8 milhões em 2011, variação explicada principalmente pela aliança estratégica no Caribe com a *Cerveceria Nacional Dominicana* e a consequente consolidação de seus resultados a partir de Maio de 2012.

Lucro líquido

O lucro líquido atribuído para Ambev em 2012 foi de R\$ 10.508,1 milhões, um aumento de 21,6% comparado ao ano de 2011. O lucro por ação foi de R\$ 3,36, representando um crescimento de 21,2% em relação ao ano anterior.

Dividendos e ações

Nosso estatuto social prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 35% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre capital próprio. Em 2012 foi anunciada a distribuição de R\$ 8.520,5 milhões entre dividendos e juros sobre capital próprio e não houve recompra de ações no mercado.

Na BM&FBOVESPA foram negociados aproximadamente R\$ 26,8 bilhões em ações preferenciais (PN) e R\$ 6,0 bilhões em ações ordinárias (ON) da Companhia em 2012. Em um ano em que o Índice Bovespa teve uma valorização de 7%, nossas ações terminaram o ano cotadas a R\$ 85,6 (PN) e R\$ 83,7 (ON), representando uma valorização de 27% e 53%, respectivamente, em comparação com o fechamento de 2011.

Reconciliação entre lucro líquido e EBITDA

O EBITDA ajustado e o EBIT são medidas utilizadas pela Administração da Companhia para medir seu desempenho. O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Participação de não controladores, (ii) Despesa com imposto de renda, (iii) Participação nos resultados de coligadas, (iv) Resultado financeiro líquido, (v) Itens não recorrentes, e (vi) Despesas com depreciações e amortizações.

O EBITDA ajustado e o EBIT não são medidas contábeis utilizadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em IFRS ou nos Estados Unidos da América (US GAAP), e não devem ser considerados como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na condição de indicador de liquidez. Nossa definição de EBITDA ajustado e EBIT podem não ser comparáveis ao EBITDA ajustado e ao EBIT ou ao EBITDA ajustado conforme definido por outras empresas.

O termo "ajustado", anteriormente utilizado em nossas divulgações, foi substituído por "ajustado" conforme Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária do EBITDA e do EBIT.

Reconciliação lucro líquido - EBITDA	2011	2012
Lucro líquido - Ambev	8.641,0	10.508,1
Participação dos não controladores	78,8	134,5
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.522,0	2.405,1
Lucro antes de impostos	11.241,8	13.047,7
Participação nos resultados de coligadas e subsidiárias	(0,5)	(0,5)
Resultado financeiro líquido	468,1	812,8
Itens não recorrentes	(23,1)	50,4
EBIT ajustado	11.686,3	13.910,4
Depreciação & amortização - total	1.454,7	1.768,6
EBITDA ajustado	13.141,1	15.679,0

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e o Diretor de Relações com Investidores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Relacionamento com auditores independentes

A política de atuação junto aos nossos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se constancia em princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios estabelecem que:

- auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- auditor não deve exercer funções gerenciais; e,
- auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Adotamos política e procedimentos de pré-aprovação segundo os quais todos os serviços de auditoria e outros serviços prestados por auditores independentes contratados pela Ambev e por suas subsidiárias devem ser aprovados pelo nosso Conselho Fiscal, o qual também cumpre as funções de um comitê de auditoria para os propósitos da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, em conformidade com a Regra 10A-3(c). O Conselho Fiscal adota uma lista de serviços e limites de valor para a contratação de cada tipo de serviço, de acordo com os termos incluídos em uma Lista Básica, por sua vez aprovada pelo Conselho de Administração. Qualquer serviço constante dessa lista é considerado "pré-aprovado" dentro dos limites individuais de valor, e que no agregado anual não ultrapassem 20% dos honorários anuais de auditoria. Trimestralmente, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal recebem do Diretor Financeiro, um relatório resumido sobre o progresso dos serviços prestados pré-aprovados e os honorários correspondentes devidamente autorizados. Quaisquer serviços não apresentados nessa Lista Básica requerem uma opinião anterior favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Conselho de Administração. Nossa política contém também uma lista de serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos. Essa política é revista anualmente pelo Conselho de Administração, por recomendação do Conselho Fiscal.

Serviços prestados pelo auditor independente

Tais informações incluem serviços prestados, além dos serviços de auditoria externa, para a Companhia ou suas controladas durante o ano de 2012.

- Foram prestados 30 serviços, todos com prazo de execução inferior a um ano, relacionados à:
- Assistência na prestação do documento, declarações fiscais e tributárias;
- Consultoria tributária; e,
- Assistência e revisão de informações e controles.

Contratamos um total de R\$ 1,6 milhão referente a tais serviços, o que equivale a aproximadamente 19% dos honorários de auditoria externa relativos às Demonstrações Financeiras de 2012 da Companhia e suas controladas.

A Companhia entende que o processo de aprovação existente e a proporção dos serviços adicionais, não comprometem a independência do auditor.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receita líquida	19	13.044,6	13.824,1	32.231,0	27.126,7
Custo dos produtos vendidos		(6.295,6)	(6.106,1)	(10.291,5)	(8.793,3)
Lucro bruto		6.749,0	7.718,0	21.939,5	18.333,4
Despesas comerciais		(2.626,8)	(3.050,1)	(7.346,6)	(6.251,0)
Despesas administrativas		(960,7)	(756,9)	(1.546,5)	(1.180,6)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	783,1	733,6	864,0	784,5
Lucro operacional antes dos itens não recorrentes		3.944,6	4.644,6	13.910,4	11.686,3
Itens não recorrentes	21	(3,2)	35,6	(50,4)	23,1
Lucro operacional		3.941,4	4.680,2	13.860,0	11.709,4
Despesas financeiras	22	(1.369,0)	(1.462,4)	(1.474,4)	(1.233,7)
Receitas financeiras	22	459,4	611,6	661,6	765,6
Resultado financeiro líquido		(909,6)	(850,8)	(812,8)	(468,1)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	9	7.747,7	5.491,5	0,5	0,5
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.779,5	9.320,9	13.047,7	11.241,8
Imposto de renda e contribuição social	23	(271,4)	(679,9)	(2.405,1)	(2.522,0)
Lucro líquido do exercício		10.508,1	8.641,0	10.642,6	8.719,8
Atribuído a:					
Participação dos controladores		10.508,1	8.641,0	10.508,1	8.641,0
Participação dos não controladores		-	-	134,5	78,8
Lucro por ação preferencial (básico)		3,55	2,93	3,55	2,93
Lucro por ação preferencial (diluído)		3,53	2,91	3,53	2,91
Lucro por ação ordinária (básico)		3,22	2,66	3,22	2,66
Lucro por ação ordinária (diluído)		3,21	2,65	3,21	2,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do período	10.508,1	8.641,0	10.642,6	8.719,8
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	877,2	204,2	928,1	205,1
Reconhecimento integral de ganhos e (perdas) atuariais	(110,9)	(503,7)	(110,0)	(503,7)
Ganhos/(perdas) de participação	149,4	1,5	833,6	(0,2)



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

	Atribuído à participação dos controladores					Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		
Saldo em 1º de janeiro de 2012	8.303,9	7.030,0	12.581,2	–	–	217,5	25.828,8
Lucro líquido do exercício	–	–	–	10.508,1	–	134,5	10.642,6
<i>Resultado Abrangente:</i>	–	–	–	–	877,2	50,9	928,1
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	–	–	–	–	40,6	(0,2)	40,4
Hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	149,4	684,2	833,6
Ganhos/(perdas) de participação	–	–	–	–	(110,9)	0,9	(110,0)
Ganhos/(perdas) atuariais	–	–	–	–	–	–	–
Total do lucro abrangente	–	–	–	10.508,1	956,3	870,3	12.334,7
Aumento de capital	3.883,4	(381,4)	(3.291,9)	–	–	–	210,1
Opção de venda de participação em controlada	–	(1.980,9)	–	–	–	–	(1.980,9)
Dividendos	–	–	(681,4)	(4.177,3)	–	(27,7)	(4.886,4)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	(1.694,3)	–	–	(1.694,3)
Pagamentos baseados em ações	–	130,8	–	–	–	–	130,8
<i>Constituição de reservas - destinações:</i>	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	396,3	(396,3)	–	–	–
Reserva estatutária para investimentos	–	–	2.396,7	(2.396,7)	–	–	–
Dividendos adicionais propostos	–	–	1.854,1	(1.854,1)	–	–	–
Ações em tesouraria	–	(30,8)	–	–	–	(30,8)	(30,8)
Transferência ações a receber - Plano	–	1,2	–	–	–	1,2	1,2
Dividendos prescritos	–	–	–	–	10,6	–	10,6
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.187,3	4.768,9	13.255,0	0,0	(1.347,5)	1.060,1	29.923,8
	Atribuído à participação dos controladores					Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		
Saldo em 1º de janeiro de 2011	7.613,8	7.417,5	11.251,5	–	–	203,0	24.564,9
Lucro líquido do exercício	–	–	–	8.641,0	–	78,8	8.719,8
<i>Resultado Abrangente:</i>	–	–	–	–	204,2	0,9	205,1
Ganhos (perdas) na conversão de operações no exterior	–	–	–	–	(84,9)	–	(84,9)
Hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	1,5	(1,7)	(0,2)
Ganhos/(perdas) de participação	–	–	–	–	(503,7)	–	(503,7)
Ganhos/(perdas) atuariais	–	–	–	–	–	–	–
Total do lucro abrangente	–	–	–	8.641,0	(382,9)	78,0	8.336,1
Aumento de capital	690,1	(469,4)	–	–	–	–	220,7
Dividendos	–	–	(4.290,3)	(1.967,3)	–	(53,4)	(6.311,0)
Juros sobre o capital próprio	–	–	(1.064,1)	–	–	–	(1.064,1)
Pagamentos baseados em ações	–	118,4	–	–	–	–	118,4
<i>Constituição de reservas - destinações:</i>	–	–	–	–	–	–	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	369,6	(369,6)	–	–	–
Reserva estatutária para investimentos	–	–	5.616,6	(5.616,6)	–	–	–
Dividendos adicionais propostos	–	–	697,9	(697,9)	–	–	–
Ações em tesouraria	–	(37,5)	–	–	–	(37,5)	(37,5)
Transferência ações a receber - Plano	–	1,0	–	–	–	1,0	1,0
Redução de capital em subsidiárias por minoritários	–	–	–	–	–	(10,1)	(10,1)
Dividendos prescritos	–	–	–	10,4	–	–	10,4
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.303,9	7.030,0	12.581,2	(0,0)	(2.303,8)	217,5	25.828,8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	10.508,1	8.641,0	10.642,6	8.719,8
Depreciação, amortização e impairment	869,6	733,2	1.768,6	1.454,7
Perda por impairment no contas a receber, estoques e demais contas a receber	–	–	–	–
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários	48,6	36,8	127,0	72,8
Resultado financeiro líquido	33,0	(19,7)	113,9	40,2
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis	22	909,6	850,8	468,1
Perda/(ganho) na venda de ativos mantidos para venda	–	(6,4)	(7,7)	(36,8)
Despesa com pagamentos baseados em ações	–	0,4	(36,4)	3,7
Despesa com imposto de renda e contribuição social	26	92,5	84,9	122,3
Participação nos resultados de controladas e coligadas	23	271,4	679,9	2.405,1
Outros itens não monetários incluídos no lucro	9	(7.747,7)	(5.491,4)	(0,5)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões	4.584,2	5.496,9	15.758,0	13.190,4
Redução(aumento) no contas a receber e demais contas a receber	62,5	(180,6)	(338,5)	(421,9)
Redução(aumento) nos estoques	(81,9)	(350,3)	(196,3)	(289,8)
Aumento/(redução) nas provisões e outras contas a pagar	3.587,9	4.294,3	550,9	1.307,1
Geração de caixa das atividades operacionais	8.152,7	9.260,3	15.774,1	13.785,8
Juros pagos	(354,0)	(780,6)	(486,4)	(414,2)
Juros recebidos	33,4	446,8	445,3	445,1
Imposto de renda e contribuição social pagos	338,6	26,9	(1.604,4)	(1.209,9)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	8.170,7	8.953,4	14.128,6	12.606,8
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis	19,2	27,2	122,8	71,6
Aquisição de imobilizado e intangíveis	10	(1.584,8)	(2.029,2)	(3.014,1)
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido	31	–	–	(2.537,0)
Aquisição de aplicação financeira de curto prazo e proventos líquidos(aquisição) de títulos de dívida	–	(368,9)	878,3	870,2
Proventos líquidos(aquisição) de outros ativos	–	–	55,0	55,0
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.934,5)	(1.068,7)	(5.717,3)	(2.203,4)
Aumento de capital	17	210,1	220,9	210,1
Resultado na alienação de investimentos em subsidiárias	–	–	–	(10,2)
Resultado de recompra de ações em tesouraria	17	(30,4)	(31,1)	(30,4)
Proventos de empréstimos	1.739,0	1.179,0	1.470,2	1.555,6
Liquidação de empréstimos	(2.117,4)	(3.092,1)	(3.198,5)	(4.223,0)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros	(184,0)	205,1	(645,5)	(681,7)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro	–	–	(8,1)	(7,1)
Dividendos (pagos)/recebidos	(5.508,4)	(5.421,3)	(5.450,1)	(5.475,4)
Fluxo de caixa de atividades financeiras	(5.891,1)	(6.939,5)	(7.652,3)	(8.652,0)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	345,1	945,2	759,0	1.751,4
Caixa e equivalentes a caixa (líquido da conta garantida) no início do período	2.562,9	1.617,7	8.063,9	5.908,3
Efeito de variação cambial	–	–	103,2	404,2
Caixa e equivalentes a caixa (líquido da conta garantida) no final do período	4	2.908,0	2.562,9	8.063,9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas	23.478,2	24.293,5	50.373,0	42.828,6
Vendas mercadorias, produtos e serviços	23.445,3	24.220,1	49.968,3	42.376,4
Outras receitas	43,3	83,8	445,7	450,1
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(10,4)	(10,4)	(41,0)	2,1
Insuamos adquiridos de terceiros	(9.974,2)	(10.010,3)	(17.500,5)	(14.961,0)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(7.924,8)	(7.828,0)	(12.188,3)	(10.754,8)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.029,4)	(2.156,2)	(5.253,9)	(4.155,4)
(Perda)/recuperação de valores ativos	(20,0)	(26,1)	(58,3)	(50,8)
Valor adicionado bruto	13.504,0	14.283,2	32.872,5	27.867,6
Retenções	(849,6)	(709,3)	(1.710,3)	(1.403,9)
Depreciação e amortização	(849,6)	(709,3)	(1.710,3)	(1.403,9)
Valor adicionado líquido produzido	12.654,4	13.573,9	31.162,2	26.463,7
Valor adicionado recebido em transferência	8.226,9	6.120,3	492,7	624,6
Participação nos resultados de controladas e coligadas	7.747,7	5.491,4	0,5	0,5
Receitas financeiras	459,4	611,6	661,6	765,6
Outros	19,8	17,3	(169,4)	(141,5)
Valor adicionado total a distribuir	20.881,3	19.694,2	31.654,9	27.088,3
Distribuição do valor adicionado	20.881,3	19.694,2	31.654,9	27.088,3
Pessoal	1.181,7	1.138,5	2.892,4	2.660,8
Remuneração direta	921,9	861,9	2.443,7	2.262,6
Benefícios	116,9	128,5	224,0	197,2
Fundo de garantia por tempo de serviço	45,9	51,2	72,8	68,3
Outros	97,0	96,9	151,9	132,7
Impostos, taxas e contribuições	7.813,4	8.417,8	16.491,4	14.371,6
Federais	2.648,7	2.872,9	7.255,4	7.480,6
Estaduais	5.155,5	5.533,4	9.220,5	8.786,1
Municipais	9,2	11,5	15,5	14,9
Remuneração de capitais de terceiros	1.378,1	1.496,9	1.628,5	1.336,1
Juros	1.326,6	1.431,2	1.456,5	1.211,7
Aluguéis	51,5	65,7	172,0	124,4
Remuneração de capitais próprios	10.508,1	8.641,0	10.642,6	8.719,8
Juros sobre o capital próprio	1.694,3	–	1.694,3	–
Dividendos	4.177,3	1.967,3	4.177,3	1.967,3
Lucros retidos	4.636,5	6.673,7	4.636,5	6.673,7
Participação não controladores lucros retidos	–	–	134,5	78,8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Bebidas das Américas - Ambev (referida como “Companhia” ou “Ambev”), com sede em São Paulo, tem como principal objetivo, diretamente ou mediante participação em outras sociedades, no Brasil e em outros países nas Américas, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas não alcoólicas, malte e alimentos em geral.

A Companhia mantém contrato com a PepsiCo International Inc. (“PepsiCo”) para engarrafar, vender e distribuir os produtos Pepsi no Brasil e em outros países da América Latina, incluindo Pepsi Cola, 7Up, Lipton Ice Tea, Gatorade e H2OHL.

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá, no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e no Paraguai. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da Anheuser-Busch InBev S.A./N.V. (“AB InBev”) no Brasil, Canadá, Argentina e outros países e, por meio de licença concedida à AB InBev, esta distribui produtos Brahma em determinados países da Europa, Ásia e África.

A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE por meio de *American Depositary Receipts - ADRs*.

Principais eventos ocorridos em 2012:
A Companhia divulgou em 7 de dezembro de 2012 um fato relevante a respeito de uma proposta de reorganização societária visando à migração de sua estrutura acionária atual com duas espécies de ações (ordinárias e preferenciais) para uma estrutura com espécie única de ações ordinárias.

A reorganização societária, que será proposta em Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada no primeiro semestre de 2013, tem por objetivo simplificar a estrutura societária e aprimorar a governança da Ambev, com vistas a aumentar a liquidez para todos os acionistas, eliminar custos operacionais e administrativos da Companhia e aumentar a flexibilidade para a gestão de sua estrutura de capital.

A unificação das espécies de ações de emissão da Companhia será proposta por meio da incorporação pela InBev Participações S.A. (“InBev Part.”), sociedade controlada por Interbrew International B.V. (“IIBV”), subsidiária da Anheuser-Busch InBev S.A./N.V. (“ABI”), de todas as ações de emissão da Ambev que não sejam de propriedade da incorporadora (“Incorporação de Ações”). A incorporação de Ações resultará na entrega aos acionistas da Ambev, titulares de ações ordinárias ou preferenciais da Companhia, de ações ordinárias de emissão da InBev Part., que passará a denominar-se Ambev S.A., se aprovada a Incorporação de Ações. Para fins da Incorporação de Ações, serão atribuídos valores iguais às ações ordinárias e preferenciais da Ambev.

A reorganização societária contemplará passos preliminares à Incorporação de Ações, incluindo a contribuição ao capital da InBev Part. da totalidade das ações da Ambev de titularidade da ABI, detidas através da IIBV e da AmBrew S.A. (“AmBrew”), esta também subsidiária da ABI. Tais passos preliminares não terão efeito para fins da relação de substituição a ser proposta na Incorporação de Ações ou de diluição dos acionistas da Ambev.

Em 13 de abril de 2012 a Companhia e a E. León Jimenes S.A. (“ELJ”), detentora de 83,5% da Cervecería Nacional Dominicana S.A. (“CND”), celebraram um acordo para combinação de seus negócios no Caribe.

Com o fechamento desta operação, a Ambev Brasil Bebidas S.A. (“Ambev Brasil”), uma subsidiária de capital fechado da Companhia, tornou-se indiretamente acionista, juntamente com a ELJ, da Tenedora CND S.A., uma empresa holding que detém as ações da CND e 100,0% das ações da Ambev Dominicana S.A. (“Ambev Dominicana”), de forma que a Ambev Brasil possui uma participação indireta na CND. Para detalhes adicionais verificar a nota explicativa 31 - *Aquisições de subsidiárias*.

Em janeiro de 2012, dando continuidade ao projeto de reorganização operacional e societária do Grupo Ambev ocorreram os seguintes eventos: (i) aporte de capital com ativos de distribuição da Ambev em sua subsidiária CRBS S.A. e (ii) incorporação da empresa Morena Distribuidora de Bebidas S.A. pela CRBS S.A.

Além disso, a Arosuco Aromas e Sucos Ltda. (“Arosuco”), entidade responsável preponderantemente pela produção de concentrados, necessários no processo de produção de refrigerantes, chás e isotônicos, adquiriu, em janeiro de 2012, a totalidade das quotas de emissão da empresa Lachaise Aromas e Participações Ltda. (“Lachaise”), que tinha como objeto social, principalmente, a produção de aromas, insumo necessário na produção de concentrados, reduzindo, assim, a necessidade do Grupo de adquirir esse insumo de terceiros. Ao contínuo, a Arosuco, visando à racionalização e simplificação da estrutura societária do Grupo, incorporou a Lachaise. Em março de 2012 a subsidiária CRBS S.A. adquiriu a empresa Lugano Distribuidora de Bebidas Ltda. (ex-Lambert & Cia. Ltda.), localizada na região sul do Brasil.

Principais eventos ocorridos em 2011:

Em fevereiro de 2011, como parte de um projeto de reorganização operacional e societária do Grupo Ambev, ocorreram os seguintes eventos: (i) Cisão parcial da Ambev Brasil Bebidas S.A. e Fratelli Vita Bebidas S.A., com a versão das parcelas cindidas (incluindo todos os seus ativos de distribuição) à Morena Distribuidora de Bebidas S.A.; e (ii) Incorporação da Fratelli Vita Bebidas S.A. pela Ambev Brasil Bebidas S.A., com a versão da totalidade do patrimônio da incorporada para a incorporadora.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*).

(d) Moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos em Reais pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2012	2011	2012	2011
CAD	Dólar canadense	Canadá	2,0524	1,8366	1,9461	1,6914
DOP	Peso dominicano	República Dominicana Equador, Dinamarca, Luxemburgo e operações de malte na Argentina e Uruguai	0,0512	0,0483	0,0497	0,0437
USD	Dólar americano	Uruguai	2,0435	1,8758	1,9476	1,6602
GTO	Quetzal	Guatemala	0,2586	0,2396	0,2488	0,2132
PEN	Novo Sol	Peru	0,8007	0,6945	0,7372	0,6019
ARS	Peso	Argentina	0,4156	0,4359	0,4286	0,4025
BOB	Boliviano	Bolívia	0,2936	0,2695	0,2798	0,2375
PYG	Guarani	Paraguai	0,0005	0,0004	0,0004	0,0004
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1053	0,0942	0,0963	0,0856
CLP	Peso chileno	Chile	0,0043	0,0036	0,0040	0,0034

(e) Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

Os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa destas controladas são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, enquanto os saldos das mutações do patrimônio líquido são convertidos pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendendo pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Transações e saldos

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no resultado abrangente.

O ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento (exceto para os casos citados na nota explicativa 3 (g)).

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real.

(f) Intangíveis

Ativos de mercado de ex-revendedores

Os ativos de distribuição são adquiridos de ex-revendedores quando a distribuição dos produtos da Companhia passa a ser feita de maneira direta e correspondem, substancialmente, a direitos sobre contratos celebrados com os pontos de venda e fornecimento à Companhia de informações cadastrais de tais pontos de venda, incluindo histórico financeiro e perfil de compras.

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relate-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de Intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment* (nota explicativa 3 (n)). Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Outros intangíveis

Outros intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros de um intangível já reconhecido. Os demais gastos são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear sobre sua vida útil estimada. Marcas são consideradas como intangíveis de vida útil indefinida e, portanto não são amortizadas, mas tem seu valor de recuperação testado anualmente ou sempre que tiverem indicadores de perda no valor recuperável (nota explicativa 3 (n)).

(g) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e controladas em conjunto.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2005

A Companhia decidiu reesaborar conforme a IFRS 3 somente aquelas combinações de negócios ocorridas a partir de 1º de janeiro de 2005. Com relação às aquisições ocorridas antes de 1º de janeiro de 2005, o ágio representa o montante previamente reconhecido nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil a época ("BRGAAP"). Esse procedimento está de acordo com as isenções do IFRS 1 e CPC 3 *Primeira Adoção* adotadas pela Companhia quando da implementação do IFRS pela primeira vez nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008.

Aquisições de 1º de janeiro de 2005 em diante

Nas aquisições realizadas a partir de 1º de janeiro de 2005, o ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (*deságio*), este é reconhecido imediatamente no resultado.

Em conformidade com a IFRS 3 e CPC 15 *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da controlada ou controlada em conjunto a que se refere e convertido em reais pela taxa de câmbio vigente no final do exercício, exceto para as aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2005, as quais a Companhia tratou como seus ativos, em reais.

Com respeito às coligadas, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada.

(h) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e à sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente pela Companhia é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros.

Gastos subsequentes

A depreciação reconhecida no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos.

Depreciação
Os itens que compõem o grupo de imobilizado, com exceção do grupo de terrenos, são depreciados pelo método linear. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados periodicamente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

(i) Contabilização de arrendamentos financeiro e operacional

Arrendamentos de imobilizado nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e os benefícios do bem, são classificados como arrendamentos financeiros. Os arrendamentos financeiros são reconhecidos como um ativo e um passivo (empréstimos com incidência de juros) por montantes iguais ao menor entre o valor justo da propriedade arrendada e o valor presente das contraprestações do arrendamento no momento inicial. A depreciação e o teste de redução ao valor de recuperação para ativos arrendados depreciáveis é a mesma utilizada para ativos depreciáveis próprios. Arrendamentos do contrato de arrendamento são distribuídos entre o passivo em aberto e encargos financeiros para que seja obtida uma taxa de juros constante e periódica sobre o valor remanescente da dívida.

Arrendamentos de ativos onde os riscos e os benefícios do bem são retidos substancialmente pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento a ser feito ao arrendatário a título de multa é reconhecido como uma despesa no período em que o contrato é encerrado.

(j) Investimentos

Investimentos em títulos patrimoniais

São considerados investimentos em títulos patrimoniais, investimentos nos quais a Ambev não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale a menos de 20% dos direitos de voto. Esses investimentos são designados como ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados inicialmente por seu valor justo, a não ser que este não possa ser avaliado com segurança, sendo, portanto, mantido o custo de aquisição. As variações subsequentes em seu valor

justo são reconhecidas diretamente no resultado abrangente, com exceção daquelas relacionadas à perda para redução ao valor de recuperação que são reconhecidas no resultado do exercício.

Quando da venda do investimento, o ganho ou a perda acumulados anteriormente reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício.

Investimentos em títulos de dívida

Investimentos em títulos de dívida classificados como para negociação ou disponíveis para venda são mensurados por seu valor justo, com o respectivo ganho ou perda reconhecidos no resultado do exercício ou diretamente no resultado abrangente, respectivamente. O valor justo desses investimentos é determinado com base em cotações de mercado na data do balanço patrimonial. Provisão para redução ao valor de recuperação e ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado do exercício. Investimentos em títulos de dívida classificados como mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

Em geral, investimentos em títulos de dívida com vencimento original acima de três meses e prazo remanescente menor que um ano são classificados como investimentos de curto prazo. Investimentos com vencimento acima de um ano podem ser classificados como investimento de curto prazo, baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem uma caixa disponível para operações correntes.

Outros investimentos

Outros investimentos mantidos pela Companhia são classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo seu valor justo, cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado abrangente. Perdas para redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

(k) Estoques

Os estoques são valorizados pelo menor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocar os produtos em condições de venda e realização da venda.

(l) Contas a receber e demais contas a receber

As contas a receber de clientes e demais contas a receber são contabilizadas pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Registra-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

(m) Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e os equivalentes a caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

(n) Redução ao valor de recuperação de ativos (impairment)

Os valores contábeis de ativos financeiros, imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados a cada fechamento para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existe algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado) ao sempre que tiverem indicativos de redução ao valor recuperável. Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

Cálculo do valor de recuperação

Títulos patrimoniais

O montante recuperável dos investimentos da Companhia em títulos patrimoniais de dívida sem cotação de mercado é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juros efetiva original do título de dívida. No caso de títulos patrimoniais e títulos de dívida com cotação de mercado, o montante recuperável é seu valor justo.

Intangíveis com vida útil indefinida

O teste do valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual aplicam-se múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

Demais ativos

O valor recuperável dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseada nos fluxos de caixa futuros descontados utilizando uma taxa de desconto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Reversão de perdas por redução ao valor de recuperação

Os ativos não financeiros, exceto o ágio e os investimentos de capital classificados como mantido para venda que sofreram *impairment*, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. Já as perdas por redução ao valor de recuperação de outros ativos são revertidas se o aumento em seu valor de recuperação estiver relacionado a eventos específicos ocorridos após o teste de redução ao valor de recuperação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor total que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(o) Ativos mantidos para venda

A Ambev classifica como ativos mantidos para venda quando o valor residual de determinado ativo não corrente será recuperado pela venda ao invés da utilização normal nas operações. Imediatamente após a classificação como mantidos para venda, esses ativos são mensurados com base no menor entre seu valor contábil e seu valor justo descontado o custo de venda. Eventual perda por redução ao valor de recuperação é reconhecida no resultado do exercício, assim como ganhos ou perdas subsequentes pela sua remensuração, até o limite do valor contábil original.

(p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são usualmente atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros aplicável, dos respectivos ativos e passivos.

Os financiamentos de ICMS, obtidos no contexto apresentado na nota explicativa 3 (x), são registrados a valor presente uma vez que estes são considerados empréstimos subsidiados. A Companhia determinou seu custo médio de captação de recursos no mercado de dívidas, como a taxa de desconto adequada para o cálculo de ajuste a valor presente neste tipo de operação. No momento da captação o ajuste referente a contraprestação é calculado e registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos subsídios. A Companhia tem como procedimento revisar a taxa de desconto utilizada anualmente, em havendo novos empréstimos subsidiados, considerando aplicação prospectiva das taxas médias ponderadas vigentes naquele momento.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste monte a zero.

(q) Patrimônio líquido

Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou ordens são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Recuperação de ações

Quando há compra de ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos e juros sobre capital próprio são registrados no passivo no período em que eles forem declarados, com exceção da parcela referente aos dividendos mínimos estatutários, a qual é contabilizada ao final de cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, na forma da legislação aplicável.

Quando declarada, a despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Reserva especial de ágio

A Companhia contabiliza o benefício fiscal, decorrente de amortização de ágio, em reserva especial, considerando como instrumento patrimonial, uma vez que não existe o requerimento e/ou a obrigação do acionista controlador subscrever as ações (conforme exceção descrita no IAS 32).

O referido benefício é decorrente de amortização de ágio, nos termos da Instrução CVM nº 319/99. Conforme permitido pela Instrução nº CVM 319/99, o Protocolo de Justificação firmado em 7 de julho de 2005, que tratou da incorporação, estabeleceu que 70% do benefício fiscal auferido pela Companhia em decorrência da amortização do ágio é objeto de capitalização em proveito do acionista controlador, no caso da AmBrew S/A ("AmBrew") e da Interbrew International B.V. ("Interbrew"), devendo os 30% restantes ser capitalizados, em favor de todos os acionistas da Companhia.

(r) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação legal ou adquirida resultante de eventos passados; e (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados pela Companhia a partir de um contrato forem menores do que o custo inevitável do cumprimento das suas obrigações decorrentes do contrato. Tal provisão é mensurada pelo menor valor presente entre o do custo esperado de rescisão do contrato e o custo líquido esperado ao dar continuidade ao contrato.

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados, tais itens podem incluir, mas não estão limitados a, várias reivindicações, processos e ações tanto iniciados por terceiros quanto iniciados pela Ambev relativos às leis antitruste, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(s) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada - IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerberren. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

Além disso, a Companhia possui planos de aposentadoria de benefício definido e de contribuição definida para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e no Canadá.

A Ambev possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas por plano individual utilizando o método da unidade de crédito projetada. A unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, o retorno esperado sobre os ativos do plano, o custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e restrições. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, deduzidas do custo de serviço passado não reconhecido e do valor justo dos ativos do plano. Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos no resultado do exercício durante o período do benefício. Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidas integralmente no resultado abrangente.

No caso de mudanças do plano de pensão, os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

A Ambev reconhece ativos (despesas antecipadas) de seus planos de benefícios definidos, na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Ambev, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios para alguns aposentados, por intermédio da Fundação Zerberren, os quais se aposentaram no passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se de uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados em indicadores financeiros de desempenho. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência. O bônus pago em ações é tratado como pagamento baseado em ações.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com variação cambial, ganhos de moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer ganho com inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso. Os dividendos recebidos são reconhecidos no resultado do exercício em que são declarados.

(y) Despesas

Despesa de royalties
Royalties pagos a empresas que não fazem parte das demonstrações contábeis consolidadas são registrados como custo dos produtos vendidos.

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumento de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

Pesquisa e desenvolvimento, marketing e despesas de desenvolvimento de sistemas

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento, publicidade e custos promocionais são registrados como despesa no exercício em que forem incorridos. Não satisfazendo as condições para sua capitalização, os gastos de desenvolvimento e com desenvolvimento de sistemas são registrados à conta de despesa no exercício em que forem incorridos.

(z) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar ser um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos, bem como fatores qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, de perda no valor de recuperação, e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

(aa) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (b) empréstimos e recebíveis, (c) disponíveis para venda e (d) mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados em ativo não circulante, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Ativos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Esses ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

(iii) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(bb) Instrumentos financeiros derivativos

A Ambev utiliza instrumentos derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço das *commodities*. Os instrumentos derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados considerando seu valor justo na data das demonstrações contábeis. Dependendo do tipo de instrumento, se *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de investimento líquido ou *hedge* de valor justo, as variações em seu valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido ou resultado do exercício.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge*, como por exemplo, a manutenção da documentação requerida e a efetividade do *hedge*.

(i) Contabilização do *hedge* de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro derivativo protege contra a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, do risco em moeda estrangeira e de oscilação de preços de *commodities*, associados a uma transação prevista de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge*).

Se o *hedge* está associado a ativos ou passivos financeiros, os ganhos ou perdas acumulados do instrumento são reclassificados do patrimônio líquido para a demonstração de resultados no mesmo exercício durante o qual o risco (objeto do *hedge*) impacta a demonstração de resultados (por exemplo, quando a despesa com juros variáveis é reconhecida). A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (naquele ponto) permanecem no patrimônio líquido, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação protegida ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação protegida, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente para a demonstração de resultados.

(ii) Contabilização do *hedge* de investimento líquido

Hedges de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive *hedge* de item monetário que são contabilizados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de *hedge* relacionados à parte eficaz do *hedge* são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte ineficaz são reconhecidos no resultado. No caso de alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado. Para mais detalhes, veja nota 27 - Instrumentos financeiros e riscos.

(iii) Contabilização do *hedge* de valor justo

Quando um instrumento financeiro protege contra a exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro é reconhecido na demonstração de resultado. O item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco sendo protegido, sendo que qualquer ganho ou perda é reconhecido na demonstração de resultados. A Companhia descontinuará a contabilização do *hedge* de valor justo quando o objeto da cobertura expirar, for vendido, rescindido ou exercido.

(cc) Informações por segmento

Os relatórios de segmentos são identificados com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Baseado no padrão, a apresentação adequada de segmento tem sido determinada em base geográfica, porque os riscos da Companhia e as taxas de retorno são predominantemente afetados pelas suas áreas de negócio regional. A estrutura de gestão da Companhia e sistema de comunicação interno para o Conselho de Administração refletem essa base. A Ambev opera seus negócios através de três zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- América Latina - Norte, que inclui (a) nossas operações no Brasil, onde operamos duas sub-unidades de negócios: (i) de cerveja e (ii) refrigerantes, e (b) nossa operação na América Latina Hispânica de Operações, excluindo a América Latina - Sul ("HLA-ex"), que inclui as nossas operações na República Dominicana (que também serve as ilhas do

Caribe: Saint Vicent, Dominica e Antigua), Equador, Guatemala (que também serve El Salvador e Nicarágua) e o Peru;

- América Latina - Sul, que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile; e
- Canadá, representada pelas operações Labatt, que inclui vendas internas no Canadá.

(dd) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As novas exigências da IFRS e CPC têm sua aplicação prospectiva a essa demonstração contábil, e está resumida a seguir. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elas não foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros:

IFRS 9 é um pronunciamento emitido como parte de um projeto mais amplo para substituir o IAS 39. IFRS 9 mantém os requerimentos de classificação de ativos financeiros e estabelece duas categorias primárias para sua mensuração: custo amortizado e valor justo. A classificação dependerá do modelo de negócio da Companhia e do ativo financeiro. A orientação constante no IAS 39 referente a *impairment* de ativos financeiros e *hedge accounting* continuará aplicável.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas:

Prevê um modelo único de consolidação e identificação de controle para consolidação de todos os tipos de entidades.

IFRS 11 Entidades de Controle Conjunto:

Basicamente elimina a consolidação proporcional em substituição pelo método de equivalência patrimonial.

IFRS 12 Divulgação de Interesse em outras entidades:

Combina e melhora os requerimentos de divulgação relacionados a subsidiárias, entidades de controle conjunto, associadas e entidades não consolidadas.

IFRS 13 Mensuração de Valor Justo:

Não altera ou introduz nenhum novo requerimento para mensurar ativos ou passivos a valor justo, mas permite a mensuração a valor justo de outros itens e determina como divulgar mudanças em valor justo.

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

Requer a segregação do resultado abrangente entre itens que impactarão ou não futuramente a demonstração do resultado.

IAS 19 Benefícios a funcionários (Revisada em 2011):

As alterações, em decorrência da revisão, que terão impactos mais significativos são:

- Os retornos esperados dos ativos dos planos não serão mais reconhecidos na demonstração do resultado. Os retornos esperados serão substituídos pelo reconhecimento de uma receita financeira na demonstração de resultado que será calculada utilizando a mesma taxa de desconto para mensuração do passivo atuarial.
- O custo dos serviços passados não poderá mais ser diferido e reconhecido pelo período de carência. Em decorrência disso, todos os custos dos serviços passados deverão ser reconhecidos no momento em que a Companhia reconhece os custos de reestruturação.

Assim como na norma em vigor, o IAS 19 (Revisado em 2011) não especifica o grupo de contas na demonstração do resultado da entidade que deveria ser apresentado os juros sobre o déficit ou superávit do plano. Como consequência, a Companhia determinou que, quando o IAS 19 (Revisado 2011) tornar-se obrigatório, os juros sobre o déficit ou superávit do plano serão apresentados como parte do custo financeiro líquido da Companhia. Esta mudança na apresentação está em linha com o IAS 1, o qual permite às entidades fornecer informações desagregadas nas demonstrações de resultados.

Caso o IAS 19 (Revisado 2011) fosse implementado em 2012, a despesa total com planos de pensão antes de impostos teria sido maior em R\$139,5. O impacto é causado principalmente pela mudança no cálculo de retorno dos ativos acima mencionados. Na mesma base, se a Companhia tivesse apresentado os juros sobre o déficit ou superávit do plano separadamente como parte de seu custo financeiro líquido em 31 de dezembro de 2012, o lucro das operações teria sido menor em R\$57,5 e o custo financeiro líquido teria sido superior em R\$82,0.

O IAS 19 (Revisado 2011) não causaria impacto material sobre a obrigação de benefício definido líquido em 31 de dezembro de 2012.

A norma revisada será aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva exigida. Assim, os números apresentados para 2012 nas demonstrações financeiras de 2013 serão reapresentados em conformidade com o IAS 19 (Revisado 2011) para fins de comparação.

IAS 27 Demonstrações separadas:

Foi alterada para a emissão da IFRS 10, mas mantém a orientação atual sobre demonstrações separadas.

IAS 28 Investimento em Controlada e Coligada:

Foi alterada para confirmar mudanças na base da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 9 torna-se obrigatória para as demonstrações contábeis de 2015. A Companhia está atualmente avaliando os impactos da IAS 19 Benefícios dos Empregados (revisada) em suas demonstrações contábeis. Para as normas mencionadas acima, prevê-se que a sua aplicação não terá um impacto material nas demonstrações contábeis no período de adoção inicial.

Outras normas, interpretações e alterações às normas

Uma série de outras alterações mandatórias para demonstrações contábeis com início em 1º de janeiro de 2012 não foram listadas acima devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para a Companhia.

(i) Dos R\$735,0 milhões apresentados como Outras contas a receber (Ativo não circulante), R\$634,4 milhões estão relacionados a valores a receber do antigo acionista (ELJ) da Cerveceria Nacional Dominicana ("CND"). Os montantes serão liquidados à medida que a ELJ for exercendo sua opção de venda das ações que ainda detém. A idade de nossas contas a receber de clientes classificados no ativo circulante está demonstrada como segue:

Contas a receber de clientes	Valor contábil líquido em 31 de dezembro		Vencidos entre 30 e 60 dias		Vencidos entre 60 e 90 dias		Vencidos entre 90 e 180 dias		Vencidos entre 180 e 360 dias	
	2012	2011	A vencer		A vencer		A vencer		A vencer	
2012	776,8	776,8	760,5	11,3	5,0	–	–	–	–	–
2011	876,9	876,9	864,9	9,3	2,7	–	–	–	–	–

Contas a receber de clientes	Valor contábil líquido em 31 de dezembro		Vencidos entre 30 e 60 dias		Vencidos entre 60 e 90 dias		Vencidos entre 90 e 180 dias		Vencidos entre 180 e 360 dias	
	2012	2011	A vencer		A vencer		A vencer		A vencer	
2012	2.468,0	2.468,0	2.412,4	35,8	15,9	3,9	–	–	–	–
2011	2.001,2	2.001,2	1.973,5	21,1	6,1	0,2	–	–	–	–

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40, a análise dos recebíveis vencidos em 31 de dezembro de 2012, mas não provisionados considera também a parte não vendida do contas a receber, bem como a existência de garantias. A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2012 na Controladora foi de R\$10,4 (R\$10,4 em 2011) e no Consolidado de R\$41,0 (R\$21,0 em 2011).

A exposição a risco de crédito, de moeda e taxa de juros está divulgada na nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros e riscos.

Em decorrência do baixo prazo médio de recebimento da carteira de clientes, os valores justos das contas a receber de clientes são extremamente próximos aos valores registrados.

Os valores que a controladora tem a receber de partes relacionadas correspondem a contratos de mútuos celebrados com controladas integrais da Companhia - veja maiores detalhes na nota 32 - Transações com partes relacionadas.

7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	269,5	250,4	698,0	548,9
Produtos em elaboração	81,1	67,6	204,4	124,0
Matérias-primas	635,5	552,6	1.195,1	1.221,9
Materiais de produção	18,8	21,7	59,5	51,5
Almoxarifado e outros	118,1	105,6	248,7	206,5
Adiantamentos	43,2	77,5	88,3	102,8
Adiantamentos de empresas do grupo	174,6	213,4	–	–
Provisão para perdas	(12,5)	(4,2)	(27,7)	(17,1)
	1.328,3	1.284,6	2.466,3	2.238,5

O valor das perdas em estoques reconhecidas no resultado na Controladora foi de R\$38,2 em 2012 (R\$26,8 em 2011) e no Consolidado R\$83,8 (R\$52,2 em 2011).

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, as alíquotas, incluindo as aplicáveis para distribuição de dividendos, estão demonstradas abaixo:

HILA-ex de 23% a 31%
América Latina Sul de 14% a 35%
Canadá de 5% a 26%

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a receber e demais contas a receber	27,3	–	27,3	–
Derivativos	293,1	–	293,1	–
Estoques	4,2	–	4,2	–
Prejuízos fiscais a utilizar	22,0	–	22,0	–
Créditos tributários de reestruturação societária	229,8	–	229,8	–
Benefícios a empregados	106,2	–	106,2	–
Imobilizado	–	(65,5)	–	(4,2)
Agio	29,2	–	29,2	–
Empréstimos e financiamentos	120,1	–	120,1	–
Provisões	195,6	–	195,6	–
Outros itens	–	(68,9)	–	6,5
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	1.027,5	(134,4)	893,1	953,4
Compensação	(134,4)	134,4	–	(24,5)
Ativo/(passivo) tributário diferido líquido	893,1	–	893,1	928,9

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a receber e demais contas a receber	37,7	–	37,7	–
Derivativos	294,8	(0,2)	294,6	8,6
Estoques	115,1	(0,6)	114,5	100,7
Prejuízos fiscais a utilizar	332,6	–	332,6	–
Créditos tributários de reestruturação societária	229,8	–	229,8	–
Benefícios a empregados	523,7	–	523,7	–
Imobilizado	–	(27,6)	–	(150,3)
Agio	5,8	(610,3)	–	5,5
Outros itens	29,2	–	29,2	–
Contas a pagar e demais contas a pagar	–	(413,9)	–	(303,1)
Empréstimos e financiamentos	120,1	(4,4)	115,7	–

4 CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa	64,3	0,8	69,9	7,3
Contas correntes	278,6	271,4	2.370,6	2.245,9
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	2.565,1	2.290,7	6.485,7	5.823,0
Caixa e equivalentes a caixa	2.908,0	2.562,9	8.926,2	8.076,2
Conta garantida	–	–	(0,1)	(12,3)
Caixa e equivalentes a caixa líquido	2.908,0	2.562,9	8.926,1	8.063,9

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

b) Informações sobre controladas diretas:

Controlada	2012		2011	
	Participação-%	Resultado do período ajustado	Participação-%	Resultado do período ajustado
Agrega	50,00%	12,5	50,00%	15,0
AmBev Bebidas (i) (ii)	99,07%	831,9	97,29%	909,2
AmBev International (iii)	0,00%	-	0,00%	27,9
Anep - Antartica Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00%	63,6	100,00%	49,1
Arosuco (i)	99,70%	1.918,4	1.859,2	1.118,9
BSA Bebidas Ltda. (i)	100,00%	16,1	16,8	14,5
CRBS S.A. (ii)	69,84%	2.379,0	1.653,9	92,0
Dahlen S.A.	100,00%	(1,1)	(1,1)	(1,3)
Eagle (i)	95,43%	365,7	348,9	401,7
Fazenda do Poço Agrícola e Florestamento S.A.	91,41%	(0,8)	(0,7)	-
Fratelli Vita (i) (ii)	0,00%	-	0,00%	27,9
Hohneck S.A.	50,69%	18,1	9,2	270,8
Labatt AS (iv)	0,00%	2.284,8	2.066,1	1.952,7
Ambev Luxemburgo (iv)	89,83%	415,4	373,2	-
Lambic Holding S.A.	87,10%	101,4	88,3	104,4
Lizar	64,55%	17,3	11,2	7,6
Londrina Bebidas Ltda. (i)	95,89%	231,9	222,4	175,2
Maltaria Pampa S.A. (i)	60,00%	206,6	203,9	206,2
Morena (i) (ii)	0,00%	-	-	791,6
Skol	49,15%	81,5	26,8	154,0
		8.942,3	7.747,7	6.317,4
				5.491,5

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não representar o valor correto em função dos arredondamentos dos percentuais de participação.
(i) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo.
(ii) Alteração de participação referente a reestruturação societária de controladas em 2011.
(iii) Empresa incorporada pela Ambev em setembro de 2011.
(iv) Em dezembro de 2012 a Ambev Luxemburgo assumiu as participações nas empresas anteriormente detidas pela Labatt AS, a qual foi encerrada na mesma data.
(v) Principais participações indiretas relevantes em controladas:

Denominação	Tabela de participação indireta - %	
	2012	2011
QIB - Quilmes International (Bermuda)	100,00%	100,00%
Labatt Brewing	100,00%	100,00%
Jalua Spain S. L.	100,00%	100,00%
Monthiers	100,00%	100,00%
Aspen	100,00%	100,00%

10 IMOBILIZADO

	2012				2011				
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção
Custo de aquisição									
Saldo inicial	1.947,6	5.683,4	1.388,1	1.123,1	10.142,2	8.408,6	2.092,8	1.618,3	1.123,1
Aquisições	-	-	-	1.618,3	1.618,3	-	-	-	1.618,3
Alienações	(1,1)	(248,6)	(60,0)	-	(309,7)	(314,3)	-	-	-
Transferências para outras categorias de ativos	198,7	1.472,3	217,2	(1.930,5)	(42,3)	(44,9)	-	-	-
Outros	(21,2)	(1,5)	(29,8)	-	(52,5)	-	-	-	-
Saldo final	2.124,0	6.905,6	1.515,5	810,9	11.356,0	10.142,2	2.092,8	1.618,3	1.123,1
Depreciação e Impairment									
Saldo inicial	(862,2)	(3.623,7)	(1.016,0)	-	(5.501,9)	(5.222,7)	-	-	-
Depreciação	(71,8)	(514,1)	(162,1)	-	(748,0)	(609,3)	-	-	-
Perda por redução ao valor de recuperação	-	(19,8)	-	-	(19,8)	-	-	-	-
Alienações	0,7	241,0	55,3	-	297,0	294,8	-	-	-
Transferências para outras categorias de ativos	76,1	(83,0)	5,3	-	(1,6)	56,7	-	-	-
Outros	3,9	2,0	-	-	2,9	2,1	-	-	-
Saldo final	(853,3)	(3.997,6)	(1.096,6)	-	(5.947,5)	(5.501,9)	-	-	-
31 de dezembro de 2011	1.085,4	2.059,7	372,1	1.123,1	4.640,3	4.640,3	-	-	-
31 de dezembro de 2012	1.270,7	2.908,0	418,9	810,9	5.408,5	5.408,5	-	-	-

	2012				2011				
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção
Custo de aquisição									
Saldo inicial	3.700,5	11.724,1	2.527,7	1.866,1	19.818,4	16.448,1	2.918,8	1.866,1	1.866,1
Efeito de variação cambial	100,6	398,5	66,6	16,3	582,0	615,0	-	-	-
Aquisições por meio de combinações de negócios	374,5	303,9	36,8	6,6	721,8	8,7	-	-	-
Aquisições	5,5	198,8	51,5	2.715,6	2.971,4	3.303,9	-	-	-
Alienações	(81,2)	(660,5)	(200,0)	-	(941,7)	(497,2)	-	-	-
Transferências para outras categorias de ativos	389,0	2.176,7	342,8	(3.006,3)	(97,8)	(72,2)	-	-	-
Outros	0,2	(2,0)	0,6	-	3,2	2,0	-	-	-
Saldo final	4.489,1	14.139,5	2.826,0	1.601,5	23.056,1	19.818,4	2.918,8	1.866,1	1.866,1
Depreciação e Impairment									
Saldo inicial	(1.460,1)	(7.247,1)	(1.846,0)	-	(10.553,2)	(9.415,8)	-	-	-
Efeito de variação cambial	(43,9)	(286,1)	(48,6)	-	(378,6)	(380,0)	-	-	-
Depreciação	(131,6)	(1.124,1)	(305,1)	-	(1.560,8)	(1.256,7)	-	-	-
Perda por redução ao valor de recuperação	-	(56,4)	-	-	(56,4)	-	-	-	-
Alienações	63,3	604,1	188,4	-	855,8	449,4	-	-	-
Transferências para outras categorias de ativos	84,9	(60,7)	21,9	-	46,1	78,0	-	-	-
Outros	(1,9)	0,7	4,5	-	3,3	2,7	-	-	-
Saldo final	(1.489,3)	(8.169,6)	(1.984,9)	-	(11.643,8)	(10.553,2)	-	-	-
31 de dezembro de 2011	2.240,4	4.477,0	681,7	1.866,1	9.265,2	9.265,2	-	-	-
31 de dezembro de 2012	2.999,8	5.969,9	841,1	1.601,5	11.412,3	11.412,3	-	-	-

As aquisições efetuadas no exercício referem-se substancialmente a modernização, reformas, ampliação de linhas e construção de novas plantas com o objetivo de aumentar a capacidade instalada.
A capitalização de juros sobre empréstimos, atribuída diretamente a aquisição e construção de ativos qualificáveis, é reconhecida principalmente a investimentos no Brasil. A taxa média de capitalização dos juros praticada em 2012 foi de 11,29% ao ano (12,50% em 2011).
A Companhia arrenda máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, os quais foram contabilizados como arrendamento financeiro. O valor contábil dos ativos arrendados no Consolidado é de R\$47,8 em 31 de dezembro de 2012 (R\$29,7 em 31 de dezembro de 2011).

11 ATIVO INTANGÍVEL

	2012				2011				
	Marcas	Contratos de distribuição	Software	Outros	Total	Marcas	Contratos de distribuição	Software	Outros
Custo de aquisição									
Saldo inicial	-	1.103,3	339,6	-	1.442,9	-	1.366,8	439,8	198,4
Aquisições	-	26,1	-	-	26,1	-	45,8	1,0	0,4
Alienação	-	-	(2,6)	-	(2,6)	-	-	8,8	13,7
Transferências para outras categorias de ativos	-	-	39,7	-	39,7	-	-	13,7	134,2
Saldo final	-	1.129,4	376,7	-	1.506,1	-	1.412,6	498,3	217,1
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação (i)									
Saldo inicial	-	(940,5)	(265,0)	-	(1.205,5)	-	(1.105,7)	(265,0)	(122,4)
Amortização	-	(75,4)	(26,4)	-	(101,8)	-	(100,0)	(26,4)	(9,9)
Alienação	-	-	2,6	-	2,6	-	-	8,8	13,7
Transferências para outras categorias de ativos	-	-	3,7	-	3,7	-	-	13,7	134,2
Saldo final	-	(1.015,9)	(285,1)	-	(1.301,0)	-	(1.205,5)	(265,0)	(122,4)
31 de dezembro de 2011	-	162,8	74,6	-	237,4	-	237,4	1,0	0,4
31 de dezembro de 2012	-	113,5	91,6	-	205,1	-	205,1	1,0	0,4

(i) O prazo de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida é de cinco anos e a amortização é calculada à taxa anual de 20% e reconhecida ao resultado do exercício pelo método linear.
A Ambev é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente espera-se que algumas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo exercício em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são Quilmes na Argentina, Pilsen no Paraguai e Bolívia e Presidente e Presidente Light na República Dominicana.
Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem as marcas para as quais não há limite prévisível para o período durante o qual se espera que estes ativos gerem fluxos de caixa líquidos positivos para a Companhia. Estas marcas são consideradas ativos de vida útil indefinida, devido a sua força, nível de investimento em marketing e histórico de rentabilidade.
O valor contábil dos intangíveis de vida útil indefinida foi alocado para os seguintes países:

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Argentina	642,1	585,9	-	-
Bolívia	350,3	271,7	-	-
Canadá	82,7	74,0	-	-
Chile	53,9	45,4	-	-
Paraguai	364,5	310,4	-	-
Uruguai	105,3	85,1	-	-
República Dominicana	869,4	-	-	-
Brasil	5,5	-	-	-
Total	2.473,8	1.372,5	206,7	107,8
			256,5	129,6

(ii) Os ágios reconhecidos em 2012 referem-se às aquisições das empresas CND, Lugano e Lachaise, e pelas subsidiárias Ambev Bebidas, CRBS e Arosuco, respectivamente. O efeito dessas aquisições está demonstrado na nota explicativa 31 - Aquisições de subsidiárias.
O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Moeda funcional				
Brasil	BRL	281,9	281,9	594,3
Equador	USD	-	-	0,8
República Dominicana	DOP	-	-	2.484,7
Perú	PEN	-	-	44,5
Argentina	ARS	-	-	1.227,4
Bolívia	BOB	-	-	403,8
Paraguai	PYG	-	-	342,2
Uruguai	UYU	-	-	83,9
NA:				
Canadá Holding	BRL (i)	-	-	14.414,4
Canadá Operacional	CAD	-	-	375,5
Total		281,9	281,9	19.971,5

(i) Conforme mencionado na nota explicativa 3(g), para as aquisições ocorridas anteriores a 1º de janeiro de 2005, os valores dos ágios foram registrados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil naquela data.
Testes do ágio para verificação de impairment
A unidade geradora de caixa à qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) tiver sido alocado deve ser testada anualmente para verificar a necessidade de redução ao valor recuperável e sempre que houver indicação de que a unidade possa estar desvalorizada, comparando seu valor contábil, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), com o valor recuperável da unidade.
Ao final de 2012, a Ambev efetuou sua verificação anual de redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas abaixo descritas, não apurou uma provisão relevante por redução ao valor recuperável de ativos.
A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Ambev acredita que todas as suas estimativas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração. Entretanto, existem incertezas inerentes que a Administração pode não ser capaz de controlar. Durante a avaliação, a Companhia realizou análise de sensibilidade para as premissas, incluindo o custo médio ponderado de capital e a taxa de crescimento terminal. Embora uma alteração nas estimativas utilizadas possa ter um efeito relevante

sobre o cálculo do valor justo e ocasionar uma perda referente à redução ao valor recuperável de ativos, a Companhia, baseada nas análises de sensibilidade realizadas acerca dos pressupostos bases, não tem conhecimento de qualquer mudança possível em uma premissa utilizada que possa fazer com que o valor contábil de uma unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável.
O ágio, que corresponde a aproximadamente 37% (38% em 31 de dezembro de 2011) do total de ativos consolidados da Ambev, conta no seu teste de recuperabilidade com julgamentos, estimativas e premissas. O ágio é testado por unidade geradora de caixa (em nível abaixo do segmento). Unidade geradora de caixa é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais da Companhia.
A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com o IAS 36, no qual o valor justo líquido da despesa de venda e o valor utilizado na abordagem são levados em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição para as principais unidades de negócio e para as unidades de negócio que apresentam elevado capital investido nos múltiplos do EBITDA e múltiplos de avaliação para as outras unidades de negócio. Os principais julgamentos, estimativas e premissas chaves utilizados no cálculo do fluxo de caixa descontado são os seguintes:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa da Administração com relação ao fluxo de caixa do ano corrente.
- Do segundo ao quarto ano do modelo, o fluxo de caixa é baseado no orçamento da Ambev aprovado pela Administração. O orçamento da Ambev é preparado por país e é baseado em fontes externas de premissas macroeconômicas, da indústria, de inflação e de taxas de câmbio, em experiência passada e em iniciativas relacionadas a participação de mercado, receita, custos fixos e variáveis, investimentos em imobilizado e capital de giro. A Administração considera, quando aplicável, a escolha de um critério mais adequado para determinar o valor justo do negócio no caso de existir alguma expectativa firme da efetivação de uma transação com terceiros.
- Do quinto ao décimo ano do modelo, as informações do plano estratégico são extrapoladas, utilizando-se de premissas simplificadas, como por exemplo, volume, custos unitários constantes e custos fixos vinculados à inflação, esta obtida por fontes externas, considerando as sensibilidades sobre essa métrica. A taxa de crescimento terminal aplicada foi em média 2% (USD).
- Os fluxos de caixa após o último exercício do modelo aplicado, sendo este o quinto ou décimo ano, são extrapolados utilizando índices de longo prazo, com base em fontes externas. Com base nestas premissas é calculada a perpetuidade do fluxo de caixa, que consiste em obter o valor presente desfeitos fluxos anuais considerando a existência da unidade de negócio por um período indefinido. A Administração acredita que os fluxos de caixa estimados de cinco ou dez anos são consistentes com as informações operacionais disponíveis neste segmento de indústria, natureza de seus produtos e sua largura base de clientes.
- As projeções são preparadas na moeda funcional de cada unidade de negócio e descontadas pelo custo médio ponderado de capital, considerando as sensibilidades sobre essa métrica. O custo médio ponderado de capital de cada país variou principalmente entre 4,87% e 5,97% em dólares nominais para o teste de *impairment* do ágio, realizado em 2012.
- Custo de venda é assumido para se chegar a 1,5% do valor da entidade, com base em precedentes históricos.

13 CONTAS A PAGAR E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo circulante				
Fornecedores e despesas provisionadas	3.217,4	3.343,0	6.563,1	6.113,9
Salários e encargos	262,5	188,3	566,1	430,2
Impostos indiretos a pagar	1.023,0	1.092,5	2.046,8	1.836,2
Diferimento de impostos sobre vendas (i)	51,4	41,0	54,7	43,5
Juros a pagar	19,0	60,1	38,7	88,3
Instrumentos financeiros derivativos com valores justos negativos	1.021,8	340,0	1.051,7	583,5
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.051,4	2.022,9	3.088,9	2.042,2
Contas a pagar - partes relacionadas	2.263,6	1.547,1	-	-
Outras contas a pagar	0,2	36,7	160,8	150,2
Total				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2011

	Controladora				
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	206,6	59,3	49,6	44,8	52,9
Empréstimos bancários sem garantia	1.557,0	346,2	453,2	364,8	392,8
Debêntures e <i>Bonds</i> emitidos	1.546,1	1.248,0	-	-	298,1
Outros empréstimos sem garantia	128,1	2,2	25,1	23,9	21,9
	3.437,8	1.655,7	527,9	433,5	353,1
Consolidado					
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	240,9	62,7	55,8	49,6	62,1
Empréstimos bancários sem garantia	2.171,2	891,1	500,8	371,0	405,2
Debêntures e <i>Bonds</i> emitidos	1.546,1	1.248,0	-	-	298,1
Outros empréstimos sem garantia	135,5	2,5	25,2	23,9	21,9
Arendamentos financeiros	8,6	7,8	0,4	0,4	-
	4.102,3	2.212,1	582,2	444,9	489,2

Cláusulas contratuais ("Covenants")

As dívidas da Companhia têm direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde são prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia prevêem tão somente a prestação de garantia de outras empresas do Grupo. Os contratos financeiros prevêem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como:

- Garantia da existência da Companhia;
- Manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, das propriedades da Companhia;
- Limitação para realização de operações de aquisição, fusão, alienação ou disposição de seus ativos;
- Divulgação de demonstrativos financeiros e balanços patrimoniais, conforme requerido pelas normas contábeis brasileiras e internacionais; e/ou não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente previsto no estatuto social da Companhia ou na legislação local; (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro - incluindo o BNDES - ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (e.g. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Estas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas subsidiárias ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de eventos previstos nas referidas cláusulas, é usualmente prevista a concessão à Companhia de um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento. Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("Disposições"). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia atende aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

15 PROVISÕES

	Controladora		
	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Provisões constituídas	Saldo em 31 de dezembro de 2012
Cíveis	11,8	28,1	22,7
Imposto sobre vendas	119,7	80,4	113,2
Imposto de renda	48,6	52,1	77,9
Trabalhistas	152,7	112,2	138,9
Outros	42,9	6,7	33,9
Total	375,7	279,5	386,6

	Controladora			
	Total	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 Mais de 5 anos
Cíveis	22,7	6,0	5,3	10,7
Imposto sobre vendas	113,2	29,6	26,3	57,3
Imposto de renda	77,9	20,4	18,0	39,5
Trabalhistas	138,9	36,3	32,2	70,4
Outros	33,9	8,9	7,8	17,2
Total	386,6	101,2	89,6	182,5

	Consolidado			
	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Saldo em 31 de dezembro de 2012
Reestruturação	8,4	1,0	-	4,4
Contingências	18,3	-	30,6	30,4
Imposto sobre vendas	162,7	-	112,9	183,8
Imposto de renda	117,9	-	76,1	151,0
Trabalhistas	195,1	-	159,3	180,1
Outros	77,6	4,7	67,3	105,9
Total	571,6	4,7	446,2	651,2
Total provisões	580,0	5,7	446,2	655,6

O prazo estimado para liquidação foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

Principais processos com perda provável:

ICMS, IPI, PIS e COFINS

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, créditos, entre outros. Em 31 de dezembro de 2012, os valores relacionados a esses processos são de R\$113,2 (R\$119,6 em 31 de dezembro de 2011) na Controladora e R\$183,7 (R\$162,7 em 31 de dezembro de 2011) no Consolidado.

Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em 4.799 processos trabalhistas que são considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia ou suas subsidiárias como também ex-empregados de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. Em 31 de dezembro de 2012, o valor relacionado a processos trabalhistas na Controladora e Consolidado é de R\$138,9 e R\$180,1, respectivamente (R\$152,6 e R\$195,0 em 31 de dezembro de 2011).

Outros processos

A Companhia está envolvida em diversos processos ajuizados por ex-distribuidores principalmente no Brasil, os quais se referem principalmente a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis (riscos de perda igual ou inferior a 50%), com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, estão divulgados na nota 30 - *Contingências*.

16 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão privados e a composição dos mesmos.

A Ambev mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão privados. Durante o exercício de 2012, a Companhia contribuiu com R\$9,4 (R\$8,8 em 2011) no Consolidado para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Valor presente das obrigações custeadas	(1.248,7)	(1.058,6)	(4.748,6)	(4.047,2)
Valor justo dos ativos do plano	1.886,3	1.648,9	4.279,1	3.648,5
Valor presente das obrigações líquidas	(362,4)	(409,7)	(1.469,5)	(1.398,7)
Valor presente das obrigações não custeadas	(240,1)	(193,1)	(669,7)	(614,4)
Custos de serviços passados não reconhecidos	-	-	1,5	1,6
Ativos não reconhecidos	(612,2)	(571,9)	(612,2)	(571,9)
Passivos	(214,7)	(174,7)	(1.749,9)	(1.583,4)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(3,8)	(1,1)	(5,5)	(1,1)
Total dos benefícios a funcionários	(218,5)	(175,8)	(1.755,4)	(1.584,5)

Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial

	2012	2011
Passivos	(244,0)	(194,2)
Ativos	25,5	18,4
Passivos líquidos	(218,5)	(175,8)

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou um montante de R\$25,5 referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros, que se espera fluir para a Companhia, portanto, este ativo não deve ser adicionado aos tratamentos de perdas atuariais ou de custo do serviço passado.

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em milhares de reais				
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(1.251,6)	(1.168,1)	(4.661,6)	(3.841,3)
Custo de serviços	(6,3)	(4,6)	(52,3)	(42,5)
Custo de juros	(129,8)	(120,9)	(287,2)	(264,5)
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	-	(76,6)	-
Novos ganhos e (perdas) <i>unvested</i>	-	(0,4)	0,3	9,8
Contribuições participantes do plano	-	-	(3,2)	(2,7)
Ganhos e (perdas) atuariais	(211,2)	(54,0)	(270,7)	(507,5)
Diferenças cambiais	-	-	(403,9)	(303,2)
Benefícios pagos	110,1	96,4	336,9	290,4
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(1.488,8)	(1.251,6)	(5.418,3)	(4.661,5)

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em milhares de reais				
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	1.648,9	1.586,0	3.648,5	3.471,2
Retorno esperado	186,6	176,2	336,2	310,3
Ganhos e (perdas) atuariais	137,4	(35,8)	194,5	(129,7)
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	-	48,1	-
Contribuições da Ambev	23,6	18,6	143,3	103,1
Contribuições dos participantes do plano	-	0,4	3,2	3,1
Diferenças cambiais	-	-	242,2	180,9
Benefícios pagos	(110,2)	(96,4)	(336,9)	(290,4)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	1.886,3	1.649,0	4.279,1	3.648,5

O retorno real dos ativos em 2012 foi de um ganho de R\$10,4 na Controladora (ganho de R\$ 9,7 em 2011) e R\$ 26,0 no Consolidado (ganho de R\$12,1 em 2011).

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em milhares de reais				
Custos de serviços correntes	(6,3)	(4,6)	(52,3)	(42,5)
Custo de juros	(129,8)	(120,9)	(287,2)	(264,5)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	186,6	176,2	336,2	310,3
Custo amortizado de serviços passados	-	-	(1,2)	(0,2)
Novos ganhos e (perdas) <i>vested</i>	-	-	1,1	10,2
	50,5	50,7	(3,4)	13,3

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custo de vendas	-	-	(24,5)	(16,5)
Despesas comerciais	-	-	(23,4)	(17,5)
Receitas administrativas	50,5	50,6	44,6	47,3
	50,5	50,6	(3,3)	13,3

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Taxa de desconto	9,2%	10,8%	5,7%	6,1%
Aumentos de salários futuros	7,6%	7,6%	4,1%	4,0%
Aumentos de pensão futuros	4,5%	4,5%	2,7%	2,8%
Tendência de custo com plano de saúde	8,2% a.a. com redução 8,2%	8,1% a.a. com redução 8,1%	7,4% a.a. com redução 5,9%	7,6% a.a. com redução 5,6%
Tendência de custo com plano odontológico	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	85	85	84	84
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	88	88	86	86

As premissas utilizadas no cálculo do custo periódico de pensão, líquido, estão apresentadas a seguir (1):

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Taxa de desconto	10,8%	10,8%	6,1%	7,0%
Retorno esperado sobre ativos do plano	11,1%	11,5%	8,8%	9,0%
Aumentos de salários futuros	7,6%	7,6%	4,0%	4,2%
Aumentos de pensão futuros	4,5%	4,5%	2,8%	2,9%
Tendência de custo com plano de saúde	8,1% a.a. com redução 8,1%	7,6% a.a. com redução 7,6%	7,6% a.a. com redução 5,6%	7,4% a.a. com redução 5,5%
Tendência de custo com plano odontológico	4,5%	7,6%	4,5%	4,5%

(1) Como as premissas incluem taxas nominais em diversas moedas, a Companhia converteu as taxas estrangeiras para o equivalente em reais, com base nas taxas de câmbio futuro para 2 anos. A média ponderada das premissas é calculada com base nessas equivalências em reais.

Benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

As premissas de tendências de custos com planos de saúde têm um efeito significativo nos valores reconhecidos no resultado. Uma mudança de um ponto percentual nas tendências de custos com planos de saúde teria os seguintes efeitos (note que um valor positivo refere-se a uma redução nas obrigações ou no custo, enquanto que um valor negativo refere-se a um aumento nas obrigações ou no custo):

	Controladora 2011		Consolidado 2011	
	Aumento de 100 pontos base	Redução de 100 pontos base	Aumento de 100 pontos base	Redução de 100 pontos base
Em milhares de reais				
Tendências de custos com planos de saúde				
Efeito no agregado do custo dos serviços e custo de juros e de planos de saúde	(7,5)	6,3	(6,6)	5,6
Efeito na obrigação do benefício definido para o custo médico	(79,2)	66,5	(60,2)	51,4
				51,4

	Controladora 2011		Consolidado 2011	
	Aumento de 100 pontos base	Redução de 100 pontos base	Aumento de 100 pontos base	Redução de 100 pontos base
Em milhares de reais				
Tendências de custos com planos de saúde				
Efeito no agregado do custo dos serviços e custo de juros e de planos de saúde	(7,3)	8,7	(9,1)	7,8
Efeito na obrigação do benefício definido para o custo médico	(108,1)	91,3	(87,3)	75,2

Seguem abaixo as análises da Companhia de sensibilidade com relação às taxas de desconto, aumento futuro de salário e taxas de mortalidade:

	Controladora 2011		Consolidado 2011	
	Aumento de 50 pontos base	Redução de 50 pontos base	Aumento de 50 pontos base	Redução de 50 pontos base
Em milhares de reais				
Taxa de desconto				
Efeito no agregado do custo dos serviços e custo de juros	1,1	(1,1)	1,0	(1,1)
Efeito na obrigação do benefício definido	76,6	(84,8)	57,8	(63,4)
				(63,4)

	Controladora 2011		Consolidado 2011	
	Aumento de 50 pontos base	Redução de 50 pontos base	Aumento de 50 pontos base	Redução de 50 pontos base
Em milhares de reais				
Taxa de desconto				
Efeito no agregado do custo dos serviços e custo de juros e de planos de saúde	(0,9)	1,7	(2,2)	2,9
Efeito na obrigação do benefício definido	301,9	(326,8)	240,4	(258,9)
				(258,9)

	Controladora 2011		Consolidado 2011	
	Aumento de 50 pontos base	Redução de 50 pontos base	Aumento de 50 pontos base	Redução de 50 pontos base
Em milhares de reais				




NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

opções outorgadas através do Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia para o ano de 2011. Assim, o capital social da Companhia passou de R\$ 7.613,8 para R\$ 7.634,3, dividido em 3.104.809 mil ações, sendo 1.743.889 mil ações ordinárias e 1.360.920 mil ações preferenciais, sem valor nominal.

(b) Capital autorizado

Sem necessidade de reforma estatutária, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital até o limite de 3.500.000 mil ações, mediante deliberação do Conselho de Administração que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão, determinando também se o capital acionário será aumentado por meio de colocação pública ou privada.

(c) Juros sobre capital próprio/Dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2012:

Evento	Aprovação	Provento	Início Pqto.	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	17/02/2012	Dividendo	10/04/2012	ON	0,6000	1.050,4 (i)
RCA	17/02/2012	Dividendo	10/04/2012	PN	0,6600	901,9 (i)
RCA	30/05/2012	Dividendo	27/07/2012	ON	0,2140	374,6
RCA	30/05/2012	Dividendo	27/07/2012	PN	0,2354	321,7
RCA	30/05/2012	Dividendo	27/07/2012	ON	0,0500	87,5
RCA	30/05/2012	Dividendo	27/07/2012	PN	0,0550	75,2
RCA	18/09/2012	Dividendo	15/10/2012	ON	0,4200	737,1
RCA	18/09/2012	Dividendo	15/10/2012	PN	0,4620	633,5
RCA	14/12/2012	Dividendo	21/01/2013	ON	0,8100	1.421,5
RCA	14/12/2012	Dividendo	21/01/2013	PN	0,8910	1.222,4
						6.825,8

Evento	Aprovação	Provento	Início Pqto.	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	17/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	10/04/2012	ON	0,1800	315,1
RCA	17/02/2012	Juros sobre Capital Próprio	10/04/2012	PN	0,1980	270,6
RCA	30/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	27/07/2012	ON	0,1200	210,1
RCA	30/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	27/07/2012	PN	0,1320	180,5
RCA	18/09/2012	Juros sobre Capital Próprio	15/10/2012	ON	0,1100	193,0
RCA	18/09/2012	Juros sobre Capital Próprio	15/10/2012	PN	0,1210	165,9
RCA	14/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	21/01/2013	ON	0,1100	193,0
RCA	14/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	21/01/2013	PN	0,1210	166,0
						1.694,2

(i) Esses dividendos referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos do lucro do exercício de 2011.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2011:

Evento	Aprovação	Provento	Início Pqto.	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	28/02/2011	Dividendos	22/03/2011	ON	0,5600	976,3
RCA	28/02/2011	Dividendos	22/03/2011	PN	0,6160	837,6
RCA	27/06/2011	Dividendos	05/08/2011	ON	0,1400	244,1
RCA	27/06/2011	Dividendos	05/08/2011	PN	0,1540	209,5
RCA	19/09/2011	Dividendos	18/11/2011	ON	0,6220	1.088,9
RCA	19/09/2011	Dividendos	18/11/2011	PN	0,6842	934,8
						4.291,2

Evento	Aprovação	Provento	Início Pqto.	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	27/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	05/08/2011	ON	0,2500	435,9
RCA	27/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	05/08/2011	PN	0,2750	374,2
RCA	19/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	18/11/2011	ON	0,1000	175,1
RCA	19/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	18/11/2011	PN	0,1100	150,3
						1.135,5 (i)

(i) O valor de juros sobre capital próprio refere-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício, sendo que R\$72,1 foram deduzidos do lucro do exercício de 2010.

O JCP e dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, a contar da data do início do pagamento, prescrevem e são revertidos a favor da Companhia. No exercício de 2011, a Companhia registrou R\$10,6 de JCP e dividendos prescritos (R\$10,4 em 31 de dezembro de 2011).

Reservas de lucros**(d) Reserva legal**

Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

(e) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à destinação de lucros, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(f) Dividendos propostos e dividendos adicionais propostos

As reservas de dividendos propostos e dividendos adicionais propostos tem como objetivo segregar os dividendos a serem distribuídos nos termos no exercício seguinte.

(o) Outras reservas**(g) Reservas de hedge**

As reservas de hedge compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício - nota explicativa 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

(h) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

(i) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece trimestralmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, de acordo com as expectativas apresentadas com base em laudo atuarial independente.

(j) Pagamento baseado em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$92,5 e R\$84,9 na Controladora e R\$144,6 e R\$122,3 no Consolidado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente (nota explicativa 26 - *Pagamento baseado em ações*).

(k) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria reacquiridas pela Companhia. Os ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamento baseado em ações, leilão e outros são registrados na reserva "Resultado sobre ações em tesouraria".

Movimentação das ações em tesouraria em milhões de reais para os exercícios findos em

	2012	2011
No início do período	2,7	(4,5)
Recuperação de ações do Plano	(30,4)	(31,1)
Transferência de ações para executivos	22,6	40,5
Cotas convertidas em ações - FINOR	-	(3,0)
Plano de ações	1,2	1,0
No final do período	(3,9)	2,7

(l) Lucro por ação

Lucro por ação básico
O lucro por ação básico é calculado sobre o lucro atribuível aos acionistas da Ambev, de R\$10.508,1 (R\$8.641,0 em 31 de dezembro de 2011) e na quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Ações emitidas em 1º de janeiro 1.366.662 1.751.135 3.117.797 1.360.472 1.743.889 3.104.361

Ações em tesouraria (98) (510) (608) (608) (524) (1.132)

Efeito das ações emitidas/recompradas 3.140 2.566 5.706 3.926 4.223 8.149

Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro 1.369.704 1.753.191 3.122.895 1.363.790 1.747.588 3.111.378

Lucro por ação diluído
O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, assim sendo é baseado no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, de R\$10.508,1 (R\$8.641,0 em 31 de dezembro de 2011) e na quantidade média ponderada de ações em circulação (diluídas) durante o exercício, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro 1.369.704 1.753.191 3.122.895 1.363.790 1.747.588 3.111.378

Efeito das opções de ações 14.454 - 14.454 12.590 - - 12.590

Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro 1.384.158 1.753.191 3.137.349 1.376.380 1.747.588 3.123.968

Lucro por ação básico antes de itens não recorrentes
O lucro por ação antes de itens não recorrentes (básico) é baseado no lucro antes de itens não recorrentes atribuível aos acionistas da Ambev, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro 1.369.704 1.753.191 3.122.895 1.363.790 1.747.588 3.111.378

Efeito das opções de ações 14.454 - 14.454 12.590 - - 12.590

Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro 1.384.158 1.753.191 3.137.349 1.376.380 1.747.588 3.123.968

Lucro por ação básico antes de itens não recorrentes
O lucro por ação antes de itens não recorrentes (diluído) é baseado no lucro antes de itens não recorrentes atribuível aos acionistas da Ambev, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Lucro líquido do exercício 4.856,7 5.651,4 10.508,1 3.991,4 4.649,6 8.641,0

Itens não recorrentes, após o imposto de renda, atribuível aos acionistas da Ambev (11,6) (13,4) (25,0) (19,0) (22,1) (41,1)

Lucro antes de itens não recorrentes (básico) atribuível aos acionistas da Ambev 4.868,3 5.664,8 10.533,1 4.010,4 4.671,7 8.682,1

Lucro por ação diluído antes de itens não recorrentes
O lucro por ação antes de itens não recorrentes (diluído) é baseado no lucro antes de itens não recorrentes atribuível aos acionistas da Ambev, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Lucro líquido do exercício 4.856,7 5.651,4 10.508,1 3.991,4 4.649,6 8.641,0

Itens não recorrentes, após o imposto de renda, atribuível aos acionistas da Ambev (11,6) (13,4) (25,0) (19,0) (22,1) (41,1)

Lucro antes de itens não recorrentes (básico) atribuível aos acionistas da Ambev 4.868,3 5.664,8 10.533,1 4.010,4 4.671,7 8.682,1

Lucro por ação diluído antes de itens não recorrentes
O lucro por ação antes de itens não recorrentes (diluído) é baseado no lucro antes de itens não recorrentes atribuível aos acionistas da Ambev, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Lucro líquido do exercício 4.856,7 5.651,4 10.508,1 3.991,4 4.649,6 8.641,0

Itens não recorrentes, após o imposto de renda, atribuível aos acionistas da Ambev (11,6) (13,4) (25,0) (19,0) (22,1) (41,1)

Lucro antes de itens não recorrentes (básico) atribuível aos acionistas da Ambev 4.868,3 5.664,8 10.533,1 4.010,4 4.671,7 8.682,1

Lucro por ação diluído antes de itens não recorrentes
O lucro por ação antes de itens não recorrentes (diluído) é baseado no lucro antes de itens não recorrentes atribuível aos acionistas da Ambev, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Lucro líquido do exercício 4.856,7 5.651,4 10.508,1 3.991,4 4.649,6 8.641,0

Itens não recorrentes, após o imposto de renda, atribuível aos acionistas da Ambev (11,6) (13,4) (25,0) (19,0) (22,1) (41,1)

Lucro antes de itens não recorrentes (básico) atribuível aos acionistas da Ambev 4.868,3 5.664,8 10.533,1 4.010,4 4.671,7 8.682,1

Lucro por ação diluído antes de itens não recorrentes
O lucro por ação antes de itens não recorrentes (diluído) é baseado no lucro antes de itens não recorrentes atribuível aos acionistas da Ambev, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Lucro líquido do exercício 4.856,7 5.651,4 10.508,1 3.991,4 4.649,6 8.641,0

Itens não recorrentes, após o imposto de renda, atribuível aos acionistas da Ambev (11,6) (13,4) (25,0) (19,0) (22,1) (41,1)

Lucro antes de itens não recorrentes (básico) atribuível aos acionistas da Ambev 4.868,3 5.664,8 10.533,1 4.010,4 4.671,7 8.682,1

Lucro por ação diluído antes de itens não recorrentes
O lucro por ação antes de itens não recorrentes (diluído) é baseado no lucro antes de itens não recorrentes atribuível aos acionistas da Ambev, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Lucro líquido do exercício 4.856,7 5.651,4 10.508,1 3.991,4 4.649,6 8.641,0

Itens não recorrentes, após o imposto de renda, atribuível aos acionistas da Ambev (11,6) (13,4) (25,0) (19,0) (22,1) (41,1)

Lucro antes de itens não recorrentes (básico) atribuível aos acionistas da Ambev 4.868,3 5.664,8 10.533,1 4.010,4 4.671,7 8.682,1

Lucro por ação diluído antes de itens não recorrentes
O lucro por ação antes de itens não recorrentes (diluído) é baseado no lucro antes de itens não recorrentes atribuível aos acionistas da Ambev, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Lucro líquido do exercício 4.856,7 5.651,4 10.508,1 3.991,4 4.649,6 8.641,0

Itens não recorrentes, após o imposto de renda, atribuível aos acionistas da Ambev (11,6) (13,4) (25,0) (19,0) (22,1) (41,1)

Lucro antes de itens não recorrentes (básico) atribuível aos acionistas da Ambev 4.868,3 5.664,8 10.533,1 4.010,4 4.671,7 8.682,1

Lucro por ação diluído antes de itens não recorrentes
O lucro por ação antes de itens não recorrentes (diluído) é baseado no lucro antes de itens não recorrentes atribuível aos acionistas da Ambev, e foi calculado como segue:

	2012			2011		
Em milhares de ações	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total

Lucro líquido do exercício 4.856,7 5.651,4 10.508,1 3.991,4 4.649,6 8.641,0

Itens não recorrentes, após o imposto de renda, atribuível aos acionistas da Ambev (11,6) (13,4) (25,0) (19,0) (22,1) (41,1)

Lucro antes de itens não recorrentes (básico) atribuível aos acionistas da Ambev 4.868,3 5.664,8 10.533,1 4.010,4 4.671,7 8



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

18 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A informação por segmento é apresentada em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira. A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e RefrigereNanc), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Ambev utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de performance de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho. Estes indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados a seguir.

As informações são apresentadas em milhões de reais (R\$), com exceção do volume que está em milhões de hectolitros.

(a) Segmentos reportáveis - exercícios findos em:

	América Latina - norte (i)		América Latina - sul (ii)		Canadá		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
(Em milhões de reais)								
Volume	126,2	120,3	34,3	34,6	9,4	10,1	169,9	165,0
Receita Líquida	22.313,3	19.132,4	5.886,9	4.488,9	4.030,8	3.505,4	32.231,0	27.126,7
Custo dos produtos vendidos	(6.950,5)	(6.006,1)	(2.196,0)	(1.740,8)	(1.145,0)	(1.046,4)	(10.291,5)	(8.793,3)
Lucro bruto	15.362,8	13.126,3	3.690,9	2.748,1	2.885,8	2.459,0	21.939,5	18.333,4
Despesas comerciais	(5.046,1)	(4.363,8)	(1.087,1)	(828,8)	(1.213,4)	(1.058,4)	(7.346,6)	(6.251,0)
Despesas administrativas	(1.213,3)	(913,0)	(190,1)	(149,5)	(143,1)	(118,1)	(1.546,5)	(1.180,6)
Outras receitas (despesas) operacionais	840,7	773,1	7,3	2,1	16,0	9,3	864,0	784,5
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	9.944,1	8.622,6	2.421,0	1.771,9	1.545,3	1.291,8	13.910,4	11.686,3
Itens não recorrentes	(50,4)	35,6	-	(9,2)	-	(3,3)	(50,4)	23,1
Lucro operacional (EBIT)	9.893,7	8.658,2	2.421,0	1.762,7	1.545,3	1.288,5	13.860,0	11.709,4
Resultado financeiro líquido	(702,9)	(286,1)	(111,5)	(99,7)	1,6	(82,3)	(812,8)	(468,1)
Participação no resultado das coligadas	-	-	-	0,1	0,5	0,4	0,5	0,5
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.190,8	8.372,1	2.309,5	1.663,1	1.547,4	1.206,6	13.047,7	11.241,8
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.265,5)	(1.620,3)	(661,4)	(480,0)	(478,2)	(421,7)	(2.405,1)	(2.522,0)
Lucro líquido do período	7.925,3	6.751,8	1.648,1	1.183,1	1.069,2	784,9	10.642,6	8.719,8
EBITDA ajustado	11.236,7	9.626,4	2.752,8	2.059,3	1.689,5	1.455,4	15.679,0	13.141,1
Itens não recorrentes	(50,4)	35,6	-	(9,2)	-	(3,3)	(50,4)	23,1
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(1.292,6)	(1.003,8)	(331,8)	(287,4)	(144,2)	(163,6)	(1.768,6)	(1.454,7)
Resultado financeiro líquido	(702,9)	(286,1)	(111,5)	(99,7)	1,6	(82,3)	(812,8)	(468,1)
Participação no resultado das coligadas	-	-	-	0,1	0,5	0,4	0,5	0,5
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.265,5)	(1.620,3)	(661,4)	(480,0)	(478,2)	(421,7)	(2.405,1)	(2.522,0)
Lucro líquido do período	7.925,3	6.751,8	1.648,1	1.183,1	1.069,2	784,9	10.642,6	8.719,8
Margem EBITDA ajustado em %	50,4%	50,3%	46,8%	45,9%	41,9%	41,5%	48,6%	48,4%
Aquisição de imobilizado/intangível	2.385,2	2.827,5	559,2	396,8	154,3	139,7	3.098,7	3.364,1
Adição/Reversão provisões	260,5	136,7	4,9	1,4	22,3	18,2	287,7	156,4
Média de funcionários em tempo integral	37.789	33.077	8.787	8.641	4.723	4.785	51.299	46.503

	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos do segmento	19.480,5	13.923,6	7.288,5	5.959,7	17.301,9	17.062,1	44.071,0	36.945,4
Eliminação entre segmentos	-	-	-	-	-	-	(1.884,6)	(1.305,1)
Ativos não segmentados	-	-	-	-	-	-	11.973,5	10.499,1
Total do ativo	14.967,6	11.191,7	3.325,6	2.311,8	2.490,5	2.432,1	54.159,9	46.139,4
Passivos do segmento	-	-	-	-	-	-	(1.884,5)	(1.305,0)
Eliminação entre segmentos	-	-	-	-	-	-	(1.884,5)	(1.305,0)
Passivos não segmentados	-	-	-	-	-	-	35.260,8	31.508,8
Total do passivo	14.967,6	11.191,7	3.325,6	2.311,8	2.490,5	2.432,1	54.159,9	46.139,4

(i) América Latina - norte: compreende as operações no Brasil e HILA-ex (Equador, Guatemala, República Dominicana e Peru).

(ii) América Latina - sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

(b) Informações adicionais - por unidades de negócio - exercícios findos em:

	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
(Em milhões de reais)						
Volume	91,5	87,0	34,7	33,4	126,2	120,4
Receita Líquida	18.491,8	15.905,1	3.821,5	3.227,3	22.313,3	19.132,4
Custo dos produtos vendidos	(5.255,6)	(4.526,4)	(1.694,9)	(1.479,7)	(6.950,5)	(6.006,1)
Lucro bruto	13.236,2	11.378,7	2.126,6	1.747,6	15.362,8	13.126,3
Despesas comerciais	(4.286,2)	(3.724,5)	(759,9)	(639,3)	(5.046,1)	(4.363,8)
Despesas administrativas	(1.066,8)	(818,0)	(146,5)	(95,0)	(1.213,3)	(913,0)
Outras receitas (despesas) operacionais	649,1	605,5	191,6	167,6	840,7	773,1
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	8.532,3	7.441,7	1.411,8	1.180,9	9.944,1	8.622,6
Itens não recorrentes	(42,2)	26,6	(8,2)	9,0	(50,4)	35,6
Lucro operacional (EBIT)	8.490,1	7.468,3	1.403,6	1.189,9	9.893,7	8.658,2
Resultado financeiro líquido	(702,9)	(286,1)	-	-	(702,9)	(286,1)
Participação no resultado das coligadas	-	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.787,2	7.182,2	1.403,6	1.189,9	9.190,8	8.372,1
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.265,5)	(1.620,3)	-	-	(1.265,5)	(1.620,3)
Lucro líquido do período	6.521,7	5.561,9	1.403,6	1.189,9	7.925,3	6.751,8
EBITDA ajustado	9.548,6	8.204,7	1.688,1	1.421,7	11.236,7	9.626,4
Itens não recorrentes	(42,2)	26,6	(8,2)	9,0	(50,4)	35,6
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(1.016,3)	(763,0)	(276,3)	(240,8)	(1.292,6)	(1.003,8)
Resultado financeiro líquido	(702,9)	(286,1)	-	-	(702,9)	(286,1)
Participação no resultado das coligadas	-	-	-	-	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.265,5)	(1.620,3)	-	-	(1.265,5)	(1.620,3)
Lucro líquido do período	6.521,7	5.561,9	1.403,6	1.189,9	7.925,3	6.751,8
Margem EBITDA ajustado em %	51,6%	51,6%	44,2%	44,1%	50,4%	50,3%

	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
(Em milhões de reais)						
Volume	86,7	84,6	30,8	29,4	117,5	114,0
Receita Líquida	17.598,2	15.667,5	3.379,6	2.949,4	20.977,8	18.616,9
Custo dos produtos vendidos	(4.825,7)	(4.396,9)	(1.414,0)	(1.283,2)	(6.239,7)	(5.680,1)
Lucro bruto	12.772,5	11.270,6	1.965,6	1.666,2	14.738,1	12.936,8
Despesas comerciais	(4.000,1)	(3.599,2)	(615,8)	(541,6)	(4.615,9)	(4.140,8)
Despesas administrativas	(979,0)	(794,8)	(94,5)	(70,4)	(1.073,5)	(865,3)
Outras receitas (despesas) operacionais	651,4	607,5	185,5	168,8	836,9	776,3
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	8.444,8	7.484,1	1.440,8	1.222,9	9.885,6	8.707,0
Itens não recorrentes	(19,1)	26,6	-	9,0	(19,1)	35,6
Lucro operacional (EBIT)	8.425,7	7.510,7	1.440,8	1.231,9	9.866,5	8.742,6
Resultado financeiro líquido	(655,9)	(271,4)	-	-	(655,9)	(271,4)
Participação no resultado das coligadas	-	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.769,8	7.239,3	1.440,8	1.231,9	9.210,6	8.471,2
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.229,7)	(1.614,2)	-	-	(1.229,7)	(1.614,2)
Lucro líquido do período	6.540,1	5.625,1	1.440,8	1.231,9	7.980,9	6.857,0
EBITDA ajustado	9.361,6	8.216,5	1.670,2	1.434,4	11.031,8	9.659,9
Itens não recorrentes	(19,1)	26,6	-	9,0	(19,1)	35,6
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(916,8)	(732,4)	(229,5)	(211,5)	(1.146,3)	(943,9)
Resultado financeiro líquido	(655,9)	(271,4)	-	-	(655,9)	(271,4)
Participação no resultado das coligadas	-	-	-	-	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.229,7)	(1.614,2)	-	-	(1.229,7)	(1.614,2)
Lucro líquido do período	6.540,1	5.625,1	1.440,8	1.231,9	7.980,9	6.857,0
Margem EBITDA ajustado em %	53,2%	52,4%	49,4%	48,6%	52,6%	51,8%

	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
(Em milhões de reais)						
Volume	4,8	2,4	3,9	4,0	8,7	6,4
Receita Líquida	893,6	237,6	441,9	277,9	1.335,5	515,5
Custo dos produtos vendidos	(429,9)	(129,5)	(280,9)	(196,5)	(710,8)	(326,0)
Lucro bruto	463,7	108,1	161,0	81,4	624,7	189,5
Despesas comerciais	(286,1)	(125,3)	(144,1)	(97,7)	(430,2)	(223,0)
Despesas administrativas	(87,8)	(23,2)	(52,0)	(24,5)	(139,8)	(47,7)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2,3)	(2,0)	6,1	(1,2)	3,8	(3,2)
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	87,5	(42,4)	(29,0)	(42,0)	58,5	(84,4)
Itens não recorrentes	(23,1)	-	(8,2)	-	(31,3)	-
Lucro operacional (EBIT)	64,4	(42,4)	(37,2)	(42,0)	27,2	(84,4)
Resultado financeiro líquido	(47,0)	(14,7)	-	-	(47,0)	(14,7)
Participação no resultado das coligadas	-	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17,4	(57,1)	(37,2)	(42,0)	(19,8)	(99,1)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(35,8)	(6,1)	-	-	(35,8)	(6,1)
Lucro líquido do período	(18,4)	(63,2)	(37,2)	(42,0)	(55,6)	(105,2)
EBITDA ajustado	187,0	(11,8)	17,9	(12,7)	204,9	(24,5)
Itens não recorrentes	(23,1)	-	(8,2)	-	(31,3)	-
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(99,5)	(30,6)	(46,8)	(29,3)	(146,3)	(59,9)
Resultado financeiro líquido	(47,0)	(14,7)	-	-	(47,0)	(14,7)
Participação no resultado das coligadas	-	-	-	-	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(35,8)					


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)
23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social corrente	(43,2)	(162,9)	(2.150,6)	(1.671,8)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	(232,0)	(511,6)	(265,9)	(824,1)
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	3,8	(5,4)	11,4	(26,1)
Total do imposto de renda diferido	(228,2)	(517,0)	(254,5)	(850,2)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(271,4)	(679,9)	(2.405,1)	(2.522,0)

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.779,5	9.320,9	13.047,7	11.241,8
Ajuste na base tributável				
Receitas não tributáveis	(46,6)	(0,4)	(504,9)	(317,1)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(320,5)	(212,3)	(531,7)	(444,5)
Participação nos resultados de controladas	(7.747,7)	(5.491,4)	(0,5)	(0,5)
Despesas não dedutíveis	131,7	139,8	523,8	328,3
	2.796,4	3.756,6	12.534,4	10.808,0
Alíquota nominal ponderada agregada	34,00%	34,00%	32,13%	32,58%
(Impostos - Alíquota nominal)	(951,0)	(1.277,2)	(4.027,0)	(3.521,4)
Ajuste na despesa tributária				
Incentivos regionais de imposto de renda	81,1	136,7	165,2	351,3
Juros sobre capital próprio dedutíveis	529,1	465,2	529,1	465,3
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais	120,5	120,4	149,7	120,8
Imposto retido na fonte sobre dividendos e outras receitas	(24,4)	(7,1)	(94,6)	(82,6)
Provisões contingenciais de imposto de renda	(7,6)	(42,5)	(13,5)	(56,2)
Outros com tributação reduzida	(19,1)	(75,4)	886,0	200,8
Imposto de renda e contribuição social	(271,4)	(679,9)	(2.405,1)	(2.522,0)
Alíquota efetiva de impostos	2,52%	7,29%	18,43%	22,43%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram: (a) aumento da despesa de juros sobre capital próprio e (b) aumento do resultado em companhias que possuem alíquota média de imposto inferior a 34%, os quais foram parcialmente compensados pela redução nos incentivos regionais de imposto de renda. A Companhia possui incentivos fiscais de imposto de renda concedidos pelo Governo Federal para incentivar o desenvolvimento econômico e social em algumas áreas das regiões Norte e Nordeste do país. Esses incentivos são registrados no resultado conforme o regime de competência e destinados no final do ano para a conta de reservas de incentivos fiscais.

24 FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários e encargos	778,9	627,8	2.159,3	1.719,9
Contribuições previdenciárias	237,1	247,3	479,7	421,9
Outros custos com pessoal	177,2	188,0	459,7	393,7
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	(50,5)	(50,6)	3,4	(13,2)
Remuneração baseada em ações	92,5	84,9	144,6	122,3
Contribuição para planos de contribuição definida	-	-	9,4	8,8
	1.235,2	1.097,4	3.256,1	2.653,4
Média de funcionários em tempo integral	16.976	19.941	51.299	46.503

Abertura da folha de pagamento e benefícios relacionados por segmento geográfico:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas abertas por zona				
LAN	1.235,2	1.097,4	1.778,0	1.478,5
HILA-ex	-	-	171,5	97,9
LAS	-	-	548,1	421,1
Canadá	-	-	758,5	655,9
	1.235,2	1.097,4	3.256,1	2.653,4

25 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

 Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado do exercício de 2012 e 2011:

	Controladora			
	Depreciação e impairment do imobilizado		Amortização do intangível	
	2012	2011	2012	2011
Custo dos produtos vendidos	536,2	419,6	0,4	0,6
Despesas comerciais	183,6	181,5	7,6	74,0
Despesas administrativas	48,0	32,1	25,8	25,4
	767,8	633,2	101,8	100,0
	Consolidado			
	Depreciação e impairment do imobilizado		Amortização do intangível	
	2012	2011	2012	2011
Custo dos produtos vendidos	1.154,0	895,5	0,4	1,7
Despesas comerciais	359,5	332,8	116,7	110,3
Despesas administrativas	103,7	79,2	36,3	35,1
	1.617,2	1.307,5	153,4	147,1

26 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Diferentes programas de ações e opções permitem que os executivos recebam ou adquiram ações da Companhia. Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial de Hull. Em 2012, conforme regulamento atual do plano foram emitidas 3.034 mil unidades de opções a um valor justo de R\$84,6, cujo montante será contabilizado como despesa ao longo do período de carência.

Para incentivar a mobilidade dos administradores, algumas opções concedidas em anos anteriores foram modificadas durante 2012, onde as características de proteção de dividendos dessas opções foram canceladas e compensadas pela emissão de 69 mil opções em 2012, representando o valor econômico da proteção de dividendos eliminadas. Como não houve alteração entre o justo valor do prêmio original imediatamente antes da modificação e do valor justo do prêmio modificado imediatamente após a alteração, nenhuma despesa adicional foi registrada como resultado dessa modificação. O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção da Ambev para as outorgas de 2012 e 2011 estão demonstrados abaixo:

Em R\$, exceto quando mencionado	2012 (i)	2011 (i)
Valor justo das opções concedidas	27,88	22,48
Preço da ação	85,26	55,61
Preço de exercício	85,26	46,39
Estimativa de volatilidade	33,0%	33,7%
Carência (em anos)	4,41	4,28
Estimativa de dividendos	de 0% a 5%	de 0% a 5%
Taxa de juros livre de risco	2,1% à 11,2% (ii)	3,1% a 11,9% (ii)

 (i) Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.
 (ii) Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e *ADRs* no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das *ADRs* é calculada em dólar americano. O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

	2012	2011
Opções em aberto em 1º de janeiro	29.562	26.253
Opções outorgadas durante o período	3.103	5.624
Opções exercidas durante o período	(2.500)	(1.728)
Opções canceladas durante o período	(1.382)	(587)
Opções em aberto no final do período	28.783	29.562

A faixa de preços de exercício das opções em aberto vai de R\$11,52 (R\$11,92 em 31 de dezembro de 2011) a R\$89,20 (R\$67,10 em 31 de dezembro de 2011) e o prazo contratual médio remanescente é de cerca de 8,15 anos (8,59 anos em 31 de dezembro de 2011).

Das 28.781 mil opções em aberto (29.562 mil em 31 de dezembro de 2011), 5.042 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2012 (2.974 mil em 31 de dezembro de 2011).

O preço médio de exercício ponderado das opções está demonstrado a seguir:

	2012	2011
Em R\$ por ação	29,87	24,71
Opções outorgadas durante o período	85,73	55,09
Opções canceladas durante o período	13,93	23,75
Opções exercidas durante o período	14,12	13,56
Opções em aberto no final do período	36,16	29,87
Opções exercíveis no final do período	18,96	13,21

Para as opções exercidas durante o exercício de 2012, o preço de mercado médio ponderado na data do exercício foi de R\$78,68.

Para liquidar opções de ações, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos Programas.

Após as mudanças realizadas no Plano em 2010, a Companhia passou a utilizar um novo modelo de outorga de opções. Este novo modelo contempla dois tipos de outorga: (i) no primeiro tipo de outorga, o Beneficiário pode escolher destinar 30%, 40%, 60%, 70% ou 100% do montante relativo à participação nos lucros por ele recebido no ano, ao exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo que a entrega de uma parte substancial das ações adquiridas está condicionada à permanência na Companhia pelo prazo de cinco anos a contar da data do exercício ("Outorga 1"); (ii) no segundo tipo de outorga, o Beneficiário pode exercer as opções após um prazo de cinco anos ("Outorga 2"). Neste novo modelo, o exercício das opções não está condicionado ao atendimento de metas de desempenho da Companhia.

O Programa 2010.2 contemplou os dois tipos de outorga descritos acima (Outorga 1 e 2), o Programa 2011.1 contemplou somente a Outorga 1 e os Programas 2010.3 e 2011.2 contemplaram somente a Outorga 2.

Em 2012, a Ambev emitiu 967 mil (1.411 mil em 2011) unidades de ações diferidas. Estas unidades de ações diferidas são valorizadas ao valor da cotação do dia da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$47,5 (R\$63,9 em 2011), e terá um período de carência de cinco anos.

O número total de ações adquiridas no âmbito do plano de ações pelos funcionários, cuja entrega é diferida para um momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas), está demonstrado a seguir:

	2012	2011
Em lotes de mil		
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	1.392	-
Novas ações diferidas durante o período	967	1.411
Ações diferidas canceladas durante o período	(53)	(19)
Ações diferidas em aberto no final do período	2.306	1.392

 Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora AB InBev cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$92,5 e R\$84,9 na Controladora e R\$144,6 e R\$122,3 no Consolidado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, registrados na rubrica de despesa administrativa.

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS
1) Fatores de riscos

 Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) risco de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

 A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, açúcar e milho) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos.

Dólar Americano/Peso Argentino	-	-	-	-
Dólar Americano/Real Brasileiro	(3.141,8)	3.141,8	(2.554,4)	2.554,4
Dólar Americano/Soles Peruanos	(157,2)	157,2	-	-
Euro/Real Brasileiro	(132,3)	132,3	(69,9)	69,9
	(4.042,0)	4.042,0	(2.624,3)	2.624,3

Dólar Americano/Dólar Canadense	(378,6)	378,6	-	-
Dólar Americano/Guarani Paraguai	(129,6)	129,6	-	-
Dólar Americano/Peso Argentino	(613,0)	613,0	-	-
Dólar Americano/Peso Boliviano	(142,2)	142,2	-	-
Dólar Americano/Peso Chileno	(90,9)	90,9	-	-
Dólar Americano/Peso Dominicano	(30,7)	30,7	-	-
Dólar Americano/Peso Uruguai	(62,4)	62,4	-	-
Dólar Americano/Real Brasileiro	(3.141,8)	3.141,8	(2.554,4)	2.554,4
Dólar Americano/Soles Peruanos	(157,2)	157,2	-	-
Euro/Dólar Canadense	(62,6)	62,6	-	-
Euro/Real Brasileiro	(132,3)	132,3	-	-
Libra Esterlina/Dólar Canadense	(22,1)	22,1	-	-
	(4.963,3)	4.963,3	(4.138,8)	4.138,8

 Em conformidade com a IAS 39 e CPC 38, estes instrumentos firmados em moeda estrangeira são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira em atividades operacionais

As posições líquidas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional por meio do uso de derivativos. A estratégia da Ambev é minimizar as posições em aberto para com o mercado, reduzindo assim a exposição operacional à flutuação da moeda estrangeira.

Risco de moeda estrangeira sobre investimentos líquidos em operações no exterior

 A Companhia realiza operações de *hedge* para mitigar a exposição relacionada com parte de seus investimentos em operações estrangeiras. Estes derivativos foram devidamente classificados como *hedge* de investimento líquido e registrados na demonstração do resultado abrangente na rubrica Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior.

1.2) Risco de taxa de juros

 A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio ideal entre custo de captação e a rentabilidade das aplicações financeiras, tendo em conta as condições do mercado, bem como a estratégia de negócios.

Hedge sobre Bonds (risco de taxa de juros sobre empréstimos em Real)

 Em julho de 2007 a Ambev International Finance Co. emitiu um *Bond* em Real (*Bond* 2017), no valor de R\$300,00 que tem juros de 9,5%, pagos semestralmente e com vencimento final em julho de 2017.

 A Ambev contratou operações de *swap* para cobertura do risco de variação de taxa de juros dos títulos de 2017. Estes instrumentos derivativos foram designados como *hedge* de valor justo.

Hedge de investimentos em títulos de dívida (risco de taxa de juros sobre títulos em Real)

 A Ambev investiu no exercício em títulos do governo (renda fixa). Esses instrumentos estão incluídos na categoria de mantidos para negociação. A Companhia também adquiriu contratos futuros de taxa de juros, a fim de compensar a exposição à taxa de juros real de títulos do governo. Embora ambos os instrumentos sejam mensurados pelo valor justo, com as mudanças registradas no resultado do exercício, não existe a estrutura de *hedge accounting*.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

 A tabela a seguir demonstra a estrutura de dívida, antes e após o *hedge*, segregada por moeda pela qual a dívida é designada, assim como as taxas de juros das respectivas operações.

	2012				2011			
	Pré - Hedge		Pós - Hedge		Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Real Brasileiro	6,8%	1.527,2	6,9%	2.211,2	9,6%	2.552,2	9,8%	3.096,6
Dólar Americano	1,8%	370,1	0,0%	-	1,8%	246,3	0,0%	-
Taxa de juros pós-fixado		1.897,3		2.211,2		2.798,5		3.096,6
Real Brasileiro	6,6%	656,5	5,3%	342,6	7,1%	639,4	5,3%	341,2
Taxa de juros pré-fixado		656,5		342,6		639,4		341,2

	2012				2011			
	Pré - Hedge		Pós - Hedge		Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Real Brasileiro	6,8%	1.527,2	6,9%	2.211,2	9,6%	2.552,2	9,8%	3.096,7
Dólar Americano	2,5%	650,0	3,4%	280,0	1,8%	246,3	0,0%	-
Peso Dominicano	10,6%	189,0	10,6%	189,0	0,0%	-	0,0%	-
Taxa de juros pós-fixado		2.366,2		2.680,2		2.798,5		3.096,7
Real Brasileiro	6,6%	695,2	5,3%	381,2	10,1%	1.157,0	5,3%	382,8
Dólar Canadense	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	5,6%	476,1
Peso Argentino	17,0%	0,2	17,0%	0,2	14,8%	3,3	14,8%	3,3
Peso Dominicano	12,0%	33,1	12,0%	33,1	0,0%	-	0,0%	-
Quetzal	0,0%	-	0,0%	-	6,8%			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

	Controladora 2011					
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários com garantias	206,6	258,1	69,1	60,1	117,7	11,1
Empréstimos bancários sem garantias	1.556,9	2.474,3	1.042,5	580,4	848,2	3,2
Debêntures e Bonds emitidos	1.546,1	1.757,9	1.315,4	28,5	85,5	328,5
Outros empréstimos sem garantias	128,2	222,7	8,5	31,4	59,4	123,3
Fornecedores e outras contas a pagar	3.435,1	3.435,2	3.379,7	55,4	-	-
Total	6.872,9	8.148,2	5.815,2	755,8	1.110,8	466,1

	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Derivativos de taxa de juros	15,0	15,0	-	(0,1)	(0,2)	15,2
Derivativos cambiais	(161,8)	(161,8)	(161,2)	(0,5)	-	-
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(209,6)	(209,6)	2,0	(211,6)	-	-
Derivativos de commodity	(0,1)	(0,1)	(0,1)	-	-	-
Total	(356,5)	(356,5)	(159,3)	(212,2)	(0,2)	15,2

	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários com garantias	309,0	329,2	72,5	102,8	106,7	47,2
Empréstimos bancários sem garantias	2.216,2	2.534,1	890,3	713,0	913,5	17,3
Debêntures e Bonds emitidos	429,7	689,7	129,9	81,6	478,2	-
Outros empréstimos sem garantias	168,7	272,7	17,4	34,9	64,2	156,2
Passivos de arrendamentos financeiros	20,2	24,2	2,7	3,7	12,4	5,4
Conta bancária garantida	-	0,1	0,1	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	6.878,6	6.878,7	6.723,9	154,8	-	-
Total	10.022,4	10.728,7	7.836,8	1.090,8	1.575,0	226,1

	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários com garantias	240,9	264,4	70,7	61,5	120,3	11,9
Empréstimos bancários sem garantias	2.171,2	2.474,3	1.042,5	580,4	848,2	3,2
Debêntures e Bonds emitidos	1.546,2	1.757,9	1.315,4	28,5	85,5	328,5
Outros empréstimos sem garantias	135,5	222,6	8,5	31,4	59,4	123,3
Passivos de arrendamentos financeiros	8,6	9,9	9,0	0,5	0,4	-
Conta bancária garantida	12,3	12,3	12,3	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	6.436,7	6.436,7	6.264,1	172,6	-	-
Total	10.551,4	11.178,1	8.722,5	874,9	1.113,8	466,9

	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Derivativos de taxa de juros	14,3	14,5	(0,4)	(0,1)	(0,2)	15,2
Derivativos cambiais	(37,3)	(13,8)	(13,3)	(0,5)	-	-
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(209,6)	(209,6)	2,0	(211,6)	-	-
Derivativos de commodity	(118,6)	(118,3)	(91,8)	(26,5)	-	-
Total	(351,2)	(327,2)	(103,5)	(238,7)	(0,2)	15,2

2) Instrumentos financeiros
A Administração desses instrumentos é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). Todas as operações com instrumentos financeiros, segregadas por categoria, estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo:

	Controladora					
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Mantidos até o vencimento	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2012						
Caixa e equivalentes a caixa	2.908,0	-	-	-	-	2.908,0
Aplicações financeiras	-	263,6	-	57,4	185,4	506,4
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	1.782,1	-	-	-	-	1.782,1
Instrumentos financeiros derivativos	-	200,1	171,0	-	-	371,1
Total	4.690,1	463,7	171,0	57,4	185,4	5.567,6

	Controladora					
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Mantidos até o vencimento	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2012						
Caixa e equivalentes a caixa	8.926,2	-	-	-	-	8.926,2
Aplicações financeiras	-	291,2	-	61,4	373,4	726,0
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	4.037,1	-	-	-	-	4.037,1
Instrumentos financeiros derivativos	-	200,1	171,0	-	-	371,1
Total	12.963,3	491,3	171,0	61,4	373,4	14.060,4

	Controladora					
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Mantidos até o vencimento	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2011						
Caixa e equivalentes a caixa	2.562,9	-	-	-	-	2.562,9
Aplicações financeiras	-	192,5	-	55,9	-	248,4
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	1.632,5	-	-	-	-	1.632,5
Instrumentos financeiros derivativos	-	71,9	148,1	-	-	220,0
Ativos mantidos para venda	-	-	-	-	0,4	0,4
Total	4.195,4	264,4	148,1	55,9	0,4	4.664,2

	Controladora					
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Mantidos até o vencimento	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2011						
Caixa e equivalentes a caixa	8.076,2	-	-	-	-	8.076,2
Aplicações financeiras	-	193,4	-	76,3	165,8	435,5
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	2.922,0	-	-	-	-	2.922,0
Instrumentos financeiros derivativos	-	166,5	347,0	-	-	513,5
Ativos mantidos para venda	-	-	-	-	0,4	0,4
Total	10.998,2	359,9	347,0	76,3	166,2	11.947,6

	Controladora					
	Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de dezembro de 2012						
Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	17.630,0	686,7	339,6	18.656,3	-	-
Derivativos	-	686,7	339,6	1.026,3	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.553,8	-	-	2.553,8	-	-
Total	17.630,0	686,7	339,6	18.656,3		

	Controladora					
	Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de dezembro de 2011						
Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2	-	-
Derivativos	-	686,7	369,1	1.055,8	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.143,7	-	-	3.143,7	-	-
Total	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2		

	Controladora					
	Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de dezembro de 2011						
Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2	-	-
Derivativos	-	686,7	369,1	1.055,8	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.143,7	-	-	3.143,7	-	-
Total	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2		

	Controladora					
	Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de dezembro de 2011						
Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2	-	-
Derivativos	-	686,7	369,1	1.055,8	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.143,7	-	-	3.143,7	-	-
Total	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2		

	Controladora					
	Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de dezembro de 2011						
Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2	-	-
Derivativos	-	686,7	369,1	1.055,8	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.143,7	-	-	3.143,7	-	-
Total	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2		

	Controladora					
	Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de dezembro de 2011						
Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2	-	-
Derivativos	-	686,7	369,1	1.055,8	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.143,7	-	-	3.143,7	-	-
Total	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2		

	Controladora					
	Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2
31 de dezembro de 2011						
Passivos mensurados ao valor justo pelo custo amortizado	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2	-	-
Derivativos	-	686,7	369,1	1.055,8	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.143,7	-	-	3.143,7	-	-
Total	14.299,6	2.812,5	369,1	17.481,2		

Classificação de instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo
De acordo com a IFRS 7 e CPC 40, a classificação de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada abaixo:

	Controladora					
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Mantidos até o vencimento	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2012						
Caixa e equivalentes a caixa	2.908,0	-	-	-	-	2.908,0
Aplicações financeiras	-	263,6	-	57,4	185,4	506,4
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	1.782,1	-	-	-	-	1.782,1
Instrumentos financeiros derivativos	-	200,1	171,0	-	-	371,1
Total	4.690,1	463,7	171,0	57,4	185,4	5.567,6

	Controladora					
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Mantidos até o vencimento	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2012						
Caixa e equivalentes a caixa	8.926,2	-	-	-	-	8.926,2
Aplicações financeiras	-	291,2	-	61,4	373,4	726,0
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	4.037,1	-	-	-	-	4.037,1
Instrumentos financeiros derivativos	-	200,1	171,0	-	-	371,1
Total	12.963,3	491,3	171,0	61,4	373,4	14.060,4

	Controladora					
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Mantidos até o vencimento	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2011						
Caixa e equivalentes a caixa	2.562,9	-	-	-	-	2.562,9
Aplicações financeiras	-	192,5	-	55,9	-	248,4
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados e impostos a recuperar	1.632,5	-	-	-	-	1.632,5
Instrumentos financeiros derivativos						



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhões de reais)

Finalidade/Risco/Instrumento		Consolidado				
		2013	2014	2015	2016	Valor Nocial Total
Moeda estrangeira	Contratos futuros (i)	3.274,1	-	-	-	3.274,1
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	1.225,9	-	-	-	1.225,9
Moeda estrangeira	Deliverable Forwards	463,3	-	-	-	463,3
Commodity	Contratos futuros (i)	858,6	75,2	-	-	933,8
Commodity	Swaps	688,5	6,8	-	-	695,3
Hedge Operacional		6.510,4	82,0	-	-	6.592,4
Moeda estrangeira	Contratos futuros (i)	(664,2)	-	-	-	(664,2)
Moeda estrangeira	Swaps	(12,9)	-	252,0	-	239,1
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	1.351,3	-	-	-	1.351,3
Taxas de Juros	Contratos futuros (i)	-	-	(170,0)	(230,0)	(400,0)
Taxas de Juros	Swaps	-	-	-	-	300,0
Hedge Financeiro		674,2	-	82,0	(230,0)	826,2
Moeda estrangeira	Contratos futuros (i)	(4,0)	-	-	-	(4,0)
Moeda estrangeira	Swaps/Non Deliverable Forwards	(2.182,5)	-	-	-	(2.182,5)
Hedge Fiscal		(2.186,5)	-	-	-	(2.186,5)
Moeda estrangeira	Contratos futuros (i)	(2.462,8)	-	-	-	(2.462,8)
Hedge de Investimento		(2.462,8)	-	-	-	(2.462,8)
Total Derivativos		2.535,3	82,0	82,0	(230,0)	300,0

Finalidade/Risco/Instrumento		Controladora				
		2013	2014	2015	2016	Valor Justo Total
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(12,0)	-	-	-	(12,0)
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(23,8)	-	-	-	(23,8)
Commodity	Contratos futuros	(28,6)	(1,6)	-	-	(30,2)
Commodity	Swaps	(43,7)	-	-	-	(43,7)
Hedge Operacional		(108,1)	(1,6)	-	-	(109,7)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(0,7)	-	-	-	(0,7)
Moeda estrangeira	Swaps	(166,0)	-	7,0	-	(159,0)
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	9,3	-	-	-	9,3
Taxas de Juros	Contratos futuros	-	-	(0,1)	(0,1)	(0,2)
Taxas de Juros	Swaps	-	-	-	-	20,8
Hedge Financeiro		(157,4)	-	6,9	(0,1)	20,8
Moeda estrangeira	Swaps/Non Deliverable Forwards	(341,4)	-	-	-	(341,4)
Hedge Fiscal		(341,4)	-	-	-	(341,4)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	8,1	-	-	-	8,1
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(82,5)	-	-	-	(82,5)
Hedge de Investimento		(74,4)	-	-	-	(74,4)
Total Derivativos		(681,3)	(1,6)	6,9	(0,1)	20,8

Finalidade/Risco/Instrumento		Consolidado				
		2013	2014	2015	2016	Valor Justo Total
Moeda estrangeira	Contratos futuros (i)	(12,0)	-	-	-	(12,0)
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(40,9)	-	-	-	(40,9)
Moeda estrangeira	Deliverable Forwards	(4,1)	-	-	-	(4,1)
Commodity	Contratos futuros (i)	(29,3)	(1,7)	-	-	(31,0)
Commodity	Swaps	(51,6)	0,4	-	-	(51,2)
Hedge Operacional		(137,9)	(1,3)	-	-	(139,2)
Moeda estrangeira	Contratos futuros (i)	(0,7)	-	-	-	(0,7)
Moeda estrangeira	Swaps	(166,0)	-	7,0	-	(159,0)
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	9,3	-	-	-	9,3
Taxas de Juros	Contratos futuros (i)	-	-	(0,1)	(0,1)	(0,2)
Taxas de Juros	Swaps	-	-	-	-	20,8
Hedge Financeiro		(157,4)	-	6,9	(0,1)	20,8
Moeda estrangeira	Contratos futuros (i)	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	Swaps/Non Deliverable Forwards	(341,4)	-	-	-	(341,4)
Hedge Fiscal		(341,4)	-	-	-	(341,4)
Moeda estrangeira	Contratos futuros (i)	8,1	-	-	-	8,1
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(82,5)	-	-	-	(82,5)
Hedge de Investimento		(74,4)	-	-	-	(74,4)
Total Derivativos		(711,1)	(1,3)	6,9	(0,1)	20,8

Análise de Sensibilidade
A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:
1 - Cenário Base: manutenção dos níveis de preço de câmbio, juros e commodities nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2012.
2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2012.
3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente aos cenários mencionados acima, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk - VaR* paramétrico para mensurar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias, os quais estão apresentados em módulo, conforme tabelas a seguir em 31 de dezembro de 2012:

Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Risco	Controladora			
			Cenário Base	Cenário Adverso	Cenário Remoto	VaR (R\$)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	Desvalorização do dólar	(12,0)	(830,6)	(1.649,1)	197,7
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	Desvalorização do dólar e do euro	(23,8)	(215,8)	(407,8)	6,8
Commodity	Contratos futuros	Desvalorização das commodities	(30,2)	(260,1)	(490,1)	147,5
Commodity	Swaps	Desvalorização das commodities	(43,7)	(184,5)	(325,4)	65,4
Hedge Operacional						
Moeda estrangeira	Contratos futuros	Desvalorização do dólar	(0,7)	(166,7)	(332,8)	40,1
Moeda estrangeira	Swaps	Aumento da taxa de juros	(140,2)	(140,2)	(140,2)	2,1
Moeda estrangeira	Swaps	Desvalorização do dólar	(18,8)	(18,8)	(18,8)	14,4
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	Desvalorização do dólar e do euro	9,3	(118,4)	(246,1)	3,6
Taxas de Juros	Contratos futuros	Aumento da taxa de juros	(0,2)	(0,2)	(0,3)	-
Taxas de Juros	Swaps	Aumento da taxa de juros	20,8	(159,1)	(142,7)	18,1
Hedge Financeiro						
Moeda estrangeira	Contratos futuros	Valorização do dólar	-	(1,0)	(2,0)	0,2
Moeda estrangeira	Swaps/Non Deliverable Forwards	Valorização do dólar	(341,4)	(887,0)	(1.432,6)	131,6
Hedge Fiscal						
Moeda estrangeira	Contratos futuros	Valorização do dólar	8,1	(607,7)	(1.223,4)	148,5
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	Valorização do dólar	(82,5)	(82,5)	(82,5)	-
Hedge de Investimento						

Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Risco	Consolidado			
			Cenário Base	Cenário Adverso	Cenário Remoto	VaR (R\$)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	Desvalorização do dólar	(12,0)	(830,6)	(1.649,1)	197,7
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	Desvalorização do dólar e do euro	(40,9)	(347,4)	(653,8)	6,8
Moeda estrangeira	Deliverable Forwards	Desvalorização do dólar e do euro	(4,1)	(112,6)	(221,0)	31,3
Commodity	Contratos futuros	Desvalorização das commodities	(31,0)	(260,1)	(497,3)	149,8
Commodity	Swaps	Desvalorização das commodities	(51,2)	(223,2)	(395,3)	80,6
Hedge Operacional						
Moeda estrangeira	Contratos futuros	Desvalorização do dólar	(0,7)	(166,7)	(332,8)	40,1
Moeda estrangeira	Swaps	Aumento da taxa de juros	(140,2)	(140,2)	(140,2)	2,1
Moeda estrangeira	Swaps	Desvalorização do dólar	(18,8)	(18,8)	(18,8)	14,4
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	Desvalorização do dólar e do euro	9,3	(328,5)	(666,3)	33,4
Taxas de Juros	Contratos futuros	Aumento da taxa de juros	(0,2)	(0,2)	(0,3)	-
Taxas de Juros	Swaps	Aumento da taxa de juros	20,8	(159,1)	(142,7)	18,1
Hedge Financeiro						
Moeda estrangeira	Contratos futuros	Valorização do dólar	-	(1,0)	(2,0)	0,2
Moeda estrangeira	Swaps/Non Deliverable Forwards	Valorização do dólar	(341,4)	(887,0)	(1.432,6)	131,6
Hedge Fiscal						
Moeda estrangeira	Contratos futuros	Valorização do dólar	8,1	(607,7)	(1.223,4)	148,5
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	Valorização do dólar	(82,5)	(82,5)	(82,5)	-
Hedge de Investimento						

Além de apresentarmos os efeitos possíveis nos resultados individuais das operações de derivativos, apresentamos na análise os efeitos das operações de derivativos contratadas para proteção patrimonial em conjunto com os objetos de *hedge* de cada transação.

Transação	Risco	Controladora		
		Cenário Base	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Hedge cambial				
Compras de insumos	Desvalorização do dólar e euro	(75,5)	(1.170,5)	(2.265,5)
Hedge commodities				
Compras de insumos	Queda no preço das commodities	(30,2)	(260,1)	(490,1)
Hedge cambial				
Compra de capex	Desvalorização do dólar e euro	(4,0)	(60,4)	(116,8)
Hedge Operacional		(109,7)	(1.491,0)	(2.872,4)
Efeito líquido		109,7	1.491,0	2.872,4
Hedge cambial				
Divida líquida	Valorização de moeda estrangeira	(10,2)	(285,3)	(579,2)
Hedge de juros				
Despesa com juros	Aumento da taxa de juros	(119,6)	(299,3)	(282,9)
Hedge Financeiro		(129,8)	(584,6)	(862,1)
Divida líquida e juros		129,8	584,6	862,1
Efeito líquido		-	-	-
Hedge cambial				
Despesas fiscais	Valorização do dólar	(341,4)	(887,9)	(1.434,6)
Hedge Fiscal		(341,4)	(887,9)	(1.434,6)
Despesas fiscais		341,4	887,9	1.434,6
Efeito líquido		-	-	-
Hedge de investimento				
Despesas fiscais	Valorização do dólar	(74,4)	(690,2)	(1.305,9)
Hedge de Investimento		(74,4)	(690,2)	(1.305,9)
Despesas fiscais		74,4	690,2	1.305,9
Efeito líquido		-	-	-

Transação	Risco	Consolidado		
		Cenário Base	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Hedge cambial				
Compras de insumos	Desvalorização do dólar e euro	(104,2)	(1.453,3)	(2.802,5)
Hedge commodities				
Compras de insumos	Queda no preço das commodities	(31,0)	(264,1)	(497,3)
Hedge cambial				
Compra de capex	Desvalorização do dólar e euro	(4,0)	(60,4)	(116,8)
Hedge Operacional		(139,2)	(1.777,9)	(3.416,5)
Efeito líquido		139,2	1.777,9	3.416,5
Hedge cambial				
Divida líquida	Valorização de moeda estrangeira	(10,2)	(495,4)	(999,4)
Hedge de juros				
Despesa com juros	Aumento da taxa de juros	(119,6)	(299,3)	(282,9)
Hedge Financeiro		(129,8)	(794,7)	(1.282,2)
Divida líquida e juros		129,8	794,7	1.282,2
Efeito líquido		-	-	-
Hedge cambial				
Despesas fiscais	Valorização do dólar	(341,4)	(887,9)	(1.434,6)
Hedge Fiscal		(341,4)	(887,9)	(1.434,6)
Despesas fiscais		341,4	887,9	1.434,6
Efeito líquido		-	-	-
Hedge de investimento				
Despesas fiscais	Valorização do dólar	(74,4)	(690,2)	(1.305,9)
Hedge de Investimento		(74,4)	(690,2)	(1.305,9)
Despesas fiscais		74,4	690,2	1.305,9
Efeito líquido		-	-	-

Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços de ajustes divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantém em 31 de dezembro de 2012 um montante de R\$626,4 na Controladora e no Consolidado em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes a caixa (R\$275,2 na Controladora e R\$343,8 no Consolidado em 31 de dezembro de 2011).

Os passivos financeiros da Companhia representados principalmente pelas operações de emissão de títulos de dívida estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício. O *Bond* emitido pela Ambev com vencimento em 2017 está designado como item objeto de *hedge* de valor justo, como tal, as variações do valor justo dos fatores de risco protegidos por *hedge* são reconhecidas no resultado em contrapartida ao valor das respectivas dívidas.

Caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento de seus passivos financeiros a valor de mercado, teria apurado uma perda adicional, antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, de aproximadamente R\$28,8 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2012 (R\$36,8 na Controladora e R\$55,6 no Consolidado em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2012			2011		
	Contábil	Mercado	Diferença	Contábil	Mercado	Diferença
BNDES/CCB	2.079,2	2.079,2	-	1.763,5	1.763,5	-
Bond 2017	314,0	342,6	(28,6)	298,1	301,7	(3,6)
Debêntures	-	-	-	1.248,0	1.281,3	(33,3)
Incentivo fiscal						

